



Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se, pelas dezanove horas, no Cinema Charlot – Auditório Municipal, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto e Joana Margarida Banito Tomé.

Tomou posse o Sr. Diamantino António Caldeira Estanislau, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Partido Socialista – Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Tomou posse a Sra. Rafaela Isabel Graça Nunes, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Nuno Miguel da Costa Gabriel e Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Sónia Isabel Leal Maurício Martins, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José e Sandra Marina Lopes Frota Gomes em substituição do Vereador Vitor Manuel Ramalho Ferreira, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 e 4, arquivados em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa, tendo sido substituído por Luis Miguel Pombo de Magalhães Matos, conforme documento registado sob o n.º 5, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Presidente da Mesa – Antes de iniciar os períodos da sessão, devo colocar à consideração da Assembleia, uma proposta que saiu da Comissão Permanente, em relação a uma pequena alteração nas grelhas dos tempos. Como sabem, até que o novo Regimento para este mandato esteja aprovado, funcionamos com o Regimento do mandato anterior, mas na última Comissão Permanente o Partido Socialista fez uma proposta de alteração de tempos para esta sessão, para ampliar um pouco a Grelha D2, aquela que se refere à discussão de assuntos mais importantes. O ganho não é muito, são 8 minutos, mas agora é preciso que a assembleia concorde com esta ampliação de tempo, neste período de discussão, para que a Grelha D2 passe a ter 80 minutos para o conjunto das intervenções. Se a assembleia não aprovar vai ser um problema, porque, entretanto, adaptamos o programa da cronometragem. Verifiquem se estão todos de acordo com estes 8 minutos. Coloco desde já à consideração se alguém pretende fazer uma intervenção, caso não o pretendam fazer podemos votar esta ampliação da Grelha D2. Esta alteração à Grelha D2 foi aprovada por unanimidade.

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Rui Lamim (PPD/PSD) – Os setubalenses sabem que o Partido Social-Democrata de Setúbal tem estado muito atento e crítico à atuação da câmara, no que diz respeito à mobilidade urbana. Temos observado a degradação das condições de circulação na cidade e nos arredores, com o aumento dos engarrafamentos, por vezes devido a estreitamento de vias e criação de lugares de estacionamento para uma futura concessionária e à criação de rotundas (pensávamos que a moda das rotundas em tempo pré-eleitoral eram coisas do passado) mal dimensionadas.

O ponto que queremos salientar, é o estado do mais importante ponto de transportes públicos em Setúbal, a estação rodoviária da Praça do Brasil, inaugurada pela anterior Presidente da Câmara, a 16 de setembro, há sessenta e quatro dias atrás ainda não está ao serviço, com a natural insatisfação da população. Inaugurações em tempo de campanha eleitoral de equipamentos que não estão a funcionar, é a prenda que a CDU nos ofereceu, com as festas e fotografias nos jornais, placas de inauguração que não nos fazem desviar do que é importante. As pessoas que usam o transporte público rodoviário não merecem ser tratadas desta forma. O ponto mais importante, para quem no centro da cidade, ao lado da estação de comboios, quer apanhar o transporte público como as carreiras, rápidos, expressos e outras, é feito à borda de um simples passeio, onde ficamos amontoados, expostos ao sol, à chuva e ao vento. Trocámos aquilo que era uma boa estação rodoviária, ampla e coberta, na Avenida 5 de Outubro por um simples passeio. Pode ser uma situação transitória, mas estes sessenta e quatro dias demonstram que a câmara tem trabalhado mais para o que é bonito e menos para o que funciona. Mas a situação mudou, a CDU já não

detém a maioria absoluta e os setubalenses e os azeitonenses vão ter melhores condições de mobilidade e exigem que o executivo municipal tome as devidas ações, com vista a repor, pelo menos, o nível de qualidade no acesso aos transportes públicos.

Nuno Gabriel (CH) – A moção que apresentamos hoje, vem no sentido de evidenciar o “25 de Novembro de 1975”. Consideramos que é uma data que deve ser apoiada e deve ser de alguma forma respeitada, com a mesma dignidade com que são celebradas outras datas, nomeadamente o “25 de Abril”, na medida em que não sabemos nem nunca saberemos o que seria este país hoje, se não fosse a intervenção dos Comandos e de outras forças a 25 de Novembro de 1975. A história é aquilo que é, não é aquilo que nós queremos que seja ou imaginamos que seja, sendo que aqui não saberemos nunca como é que seria.

Pegando na saudação que o PS aqui propõe “*O Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo*”, e lendo com toda a atenção, como é costume fazer, refere que: “*O Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo foram criados pelo Parlamento Europeu*”, o que é verdade, mas também é verdade que o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em 2018/2019, em que equipara o Comunismo ao Nazismo, isto também não deixa de ser verdade.

Proponho aqui, por muito que não gostem e estejam a suspirar, “O Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo”, que concordo e voto favorável, gostaria que fosse acrescentado também qualquer tipo de outros extremismos, nomeadamente o Comunismo, que não é melhor.

Presidente da Mesa – Deixem-me fazer uma advertência. Habitualmente este período de antes da ordem do dia, subdivide-se em três partes, sendo a primeira parte com as intervenções dos deputados municipais com interpelações ao executivo, segue-se a apresentação de saudações moções, votos de louvor e pesar e as resoluções da própria Assembleia. Estamos em princípio de mandato, estamos a começar por ganhar experiência, quando pretendemos intervir sobre moções devemos fazê-lo no período de apresentação das moções e aí fazemos a discussão sobre elas e depois chegar-se-á a uma conclusão. Neste momento ainda há várias intervenções de vários membros da Assembleia para interpelar o executivo. Podemos clarificar melhor e devemos no Regimento estabelecer qual o período e a ordenação dos períodos para não misturar tudo. Estamos naquela fase de apreciação geral dos deputados e de colocação de questões ao executivo, depois vamos aos votos de pesar, se houver, de louvor, moções e resoluções e faremos a discussão de forma mais ordenada.

Manuel Esteves (PS) – A questão que me traz aqui é sobre as obras nas antigas instalações da Rodoviária em Vila Fresca de Azeitão. A questão tem a ver com o facto de o edifício se encontrar em zona especial de proteção do Palácio da Bacalhoa, Palácio classificado como monumento nacional. Nos termos da legislação em vigor, nas zonas específicas de proteção não podem ser concedidas licenças para obras, nem licenças de utilização sem parecer prévio favorável da Direção Geral do Património Cultural. Sabemos que o parecer inicial da DGPC foi desfavorável, por essa razão perguntamos qual a situação.

No que diz respeito à Comenda, na sessão da Assembleia Municipal de 24/9/2020, a senhora ex-presidente, em relação às obras do Palácio da Comenda referiu que, “*por essas obras estarem a ser feitas sem licença, a Câmara procedeu ao embargo das mesmas, tendo o proprietário colocado providências cautelares*”. Perguntamos, qual o efeito do embargo e o resultado da providência cautelar? Na mesma sessão disse a senhora presidente “*havia sido feita a avaliação dos terrenos a expropriar, relativa ao Parque das Merendas, ao estacionamento de Albarquel, bem como do direito de passagem para a Capela de São Luís*”. Passado mais de um ano, sem que nada seja informado, perguntamos, como estão os processos de expropriação?

Na minha terra, há vários anos, que temos tido um problema com os contentores do lixo, há anos que não se vê um carro de limpeza específica dos contentores do lixo naquela localidade em Vendas de Azeitão. Julgo que no resto de Azeitão acontece o mesmo. Os contentores estão em péssimo estado, além de degradados o cheiro é insuportável.



Na última sessão da Assembleia já se falou da desbaratização, continuamos a ser alvo por esta invasão de baratas, por isso queríamos que tomassem as devidas providências. Precisamos dessa situação resolvida e é para isso que pagamos.



Luis Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – O assunto que me traz aqui não é da responsabilidade do município, mas da responsabilidade do Governo Central. Quero deixar esta mensagem já no início do mandato, que deve haver um grande esforço da parte de do município a tentar intervir junto do Governo Central, para que se resolva o problema da segurança, nomeadamente na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e na freguesia do Sado. Há muitos anos que nós reivindicamos e já passaram pelo Governo todas as forças políticas que têm governado pós “25 de Abril”, mas ainda ninguém resolveu este problema. A GNR cada vez tem menos militares e não faz sentido que a área de intervenção da GNR que é na Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e na Junta de Freguesia do Sado, não exista um posto da GNR numa destas freguesias ou numa zona central entre as duas freguesias. Não faz sentido que a GNR esteja junto à Beira-Mar e se houver uma ocorrência na hora de ponta, eles levam muitas vezes mais de meia hora a chegar à freguesia do Sado ou à freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

A CDU não tem a maioria na câmara, mas está aqui o PS e o PSD que principalmente são eles que têm governado o país desde o “25 de Abril”, deixava esta menção para que possam intervir na Assembleia da República, para que este assunto possa vir a ser resolvido para bem dos cidadãos destas duas freguesias.

Maria João Palma (PS) – Peço desculpa, mas dada a ordem por alíneas que estava neste ponto da ordem de trabalho eu levantei a mão, mas para defender a nossa saudação e agora apercebo-me que fica para depois. Mantenho e faço isso agora ou fica para depois? Como vi muita gente a levantar a mão tive receio de perder a vez.

Presidente da Mesa – Agradeço-lhe que faça a sua intervenção na parte destinada às moções e saudações.

Ilídio Ferreira (PS) – Na passada quarta-feira foi deliberado pela Câmara dar continuidade ao memorando relativamente às trotinetes, nós dissemos e voltamos a reafirmar que somos a favor das trotinetes, entendemos que tenha que ser feita alguma coisa para que elas sejam bem utilizadas e a deficiente utilização é a melhor forma de matar este projeto, que entendemos que é um projeto futuro e um projeto que deve ser acarinhado. Houve câmaras que antes de iniciarem o processo tomaram decisões no sentido de terem regras de boas práticas e criaram estacionamento, coisa que a Câmara de Setúbal não fez. Durante os seis meses que correu a primeira fase do projeto, não foram feitas ações de sensibilização que estavam previstas no memorando de entendimento. Nós já o fizemos na quarta-feira e voltamos a fazê-lo, recomendamos à Câmara que pondere a possibilidade de elaboração de um regulamento municipal ou caso entenda que tal não se justifica, que elabore e aprove o manual de boas regras e boas práticas e que esse manual seja amplamente divulgado, a par de ações de informação e sensibilização junto dos utilizadores, em especial dos mais jovens e se possível junto das escolas.

O que há quase dois anos se vem passando na Herdade da Comenda é uma afronta aos setubalenses e às instituições do Estado, em particular à Câmara e ao Parque Natural da Arrábida. Os proprietários da Herdade da Comenda vêm realizando um conjunto de ações que violam as leis portuguesas, nomeadamente o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Este Regulamento determina um conjunto de atividades interditas e outras condicionadas a um parecer prévio do PNA e isso não está a ser cumprido pelo proprietário. Por informações que temos do Parque Natural da Arrábida têm sido tomadas algumas medidas, mas que não têm sido devidamente acatadas. De entre essas ações que têm sido desenvolvidas e que ou são interditas ou são condicionadas, temos a obstrução a qualquer tipo de passagem de caminhos públicos ou de acesso às linhas de água, temos os cortes de árvores, alterações à morfologia do solo, obras de construção ou reconstrução, abertura a alteração de acessos rodoviários, alteração da rede de drenagem de água e o não cumprimento das vedações, uma vez que no Parque Natural da Arrábida, as vedações ou devem ser em rede ovelheira ou então em rede lisa e

que tenha no mínimo vinte centímetros da distância da parte mais baixa da rede ao solo, o que não está a ser cumprido. Se forem verificar as vedações podem atestar que são feitas em arame farpado na sua parte superior e não é cumprida a distância ao solo. Por essa razão, o Partido Socialista entregou hoje ao senhor Presidente da Assembleia uma recomendação, para que seja criada uma comissão eventual para analisar e acompanhar todo este processo.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Peço desculpa por não ter estado à hora no início da Assembleia, mas como devem compreender há algumas iniciativas que decorrem na cidade e que cabe ao Presidente da Câmara representar o município e é nesse quadro que tenho tido várias iniciativas, sendo que a última foi no Salão Nobre da Câmara Municipal, na apresentação de um livro de um ilustre médico da nossa cidade e diretor dos serviços no Hospital de Setúbal. Peço desculpa por não ter ouvido as questões que foram colocadas, tentarei, no entanto, dizer alguma coisa sobre o essencial do que foi aqui colocado e certamente a senhora vereadora e os senhores vereadores poderão complementar aquilo que eu possa dizer, relativamente às questões colocadas.

No que refere ao Parque da Comenda, como sabem e é público, as intervenções que tenho feito, de termos uma iniciativa no sentido de atingir o objetivo que proclamei de que a Câmara Municipal e eu inclusive faremos tudo o que estiver ao nosso alcance, para que o Parque da Comenda continue a ser um espaço público. Estamos a trabalhar no sentido de atingir esse objetivo. Enfrentamos alguém que é poderoso, que tem meios que ultrapassam muito as capacidades que uma Câmara Municipal tem. Esperamos que o interesse público e o interesse desta população possam fazer um caminho através das iniciativas da Câmara Municipal, de outras organizações e entidades, no sentido de atingir esse objetivo que proclamamos. Nas reuniões que já tivemos com as várias entidades, não indo ao pormenor das questões, importa dizer que qualquer uma delas exerceu aquilo que nós podemos chamar *“as responsabilidades administrativas da administração do Estado”*. Compreendemos que assim seja, mas nem por isso deixamos de assumir a responsabilidade política do que está aqui em causa. Ouvidas essas entidades, designadamente o Parque Natural da Arrábida, o ICNF, a Direção-Geral do Património Cultural e APA, decidimos continuar com o nosso trabalho, integrando uma equipa que possa ajudar a percorrer este caminho, com o objetivo de conseguir que aquele espaço continue a ser um espaço de utilização pública, como tem sido ao longo de dezenas de anos. Naturalmente que é bem-vinda a iniciativa dos senhores deputados na Assembleia Municipal, juntando-se a este objetivo de esclarecer algumas questões e dando força a esta iniciativa da Câmara Municipal e do Presidente da Câmara.

Foram colocadas outras questões relativamente ao Interface. Já tive a oportunidade de na última reunião de câmara dizer aquilo que no meu entendimento se coloca relativamente a este processo. Trata-se de um processo longo, que levou anos a consensualizar uma intervenção naquele espaço, que pertence às Infraestruturas de Portugal, até conseguirmos concluir um protocolo de entendimento. Posteriormente avançámos para uma candidatura, que por sua vez teve os seus *“timings”*. É um facto e é importante termos atingido um objetivo, ter um primeiro Interface em Setúbal, cuja obra está numa fase final. De acordo com as informações que tenho é que no final deste mês estará concluída. Este era um grande objetivo, porque estava previsto que em setembro/outubro deste ano de 2021 ficasse a funcionar os transportes públicos da nova empresa metropolitana. Por razões que ultrapassam a Área Metropolitana e cada um dos municípios envolvidos, isso só virá a acontecer em Setúbal no próximo mês de junho, no entanto parece que não poderá acontecer assim em toda a Área Metropolitana. Nessa altura estarão criadas todas as condições para que esse novo operador possa utilizar o Interface e atingir aquele objetivo, que para nós é fundamental, de que as pessoas possam fazer esta ligação intermodal, entre os autocarros urbanos, interurbanos e os comboios. Esta é a questão central o resto das questões, naturalmente que compreendemos a forma diferente como cada um entende estes processos, mas o que para nós é fundamental é que estamos a atingir este objetivo.

Relativamente à questão da rotunda da Praça do Brasil. Alguns perguntam, porque é que a obra já não foi feita? É fácil de perguntar, executar a obra é mais difícil, é necessário haver capacidade financeira para desencadear procedimentos, para realizar obras desta natureza. Logo que foi possível iniciou-se esta obra, que esperamos que esteja concluída quando todo este processo dos transportes públicos estiver em condições de funcionar. Atualmente em Setúbal, com as intervenções que têm vindo a ser feitas, e reconhecendo a bondade das diferentes opiniões, aquilo que a Câmara Municipal tem vindo a fazer ao longo destes anos, relativamente à mobilidade é um benefício bastante significativo e reconhecido para o bem desta população que aqui vive, para aqueles que nos visitam e é um exemplo que está a ser seguido por outras cidades do mesmo nível de Setúbal, enquanto capitais de distrito. Estes são os grandes traços que tem orientado a política, de quem tem governado esta cidade e espero que continue a ser assim nos próximos anos.

Quanto à questão da intervenção da estação rodoviária em Azeitão, foi um processo que decorreu com alguma importância daquela obra, e que continuamos a reconhecer a importância de requalificação daquele edificado, mas as coisas nem sempre correm bem. O fundamental do que está aqui, independentemente da opinião que alguém possa ter sobre as cores escolhidas, que considere que aquele modelo de arquitetura não é o mais adequado, etc., no entanto nós reconhecemos essa forma diferente de olhar para estas coisas, mas o fundamental é a requalificação daquele espaço edificado. Estamos empenhados em regularizar aquela situação, já tive oportunidade de o transmitir às entidades que já emitiram pareceres sobre aquele projeto e aquela intervenção. O executivo reconheceu que este não é o bom caminho para resolver estes assuntos, no entanto aquilo que para nós é fundamental, foi aquilo que lá aconteceu. Esperamos que haja a possibilidade de quem fez o investimento, das entidades que têm de dar parecer sobre aquela intervenção, que haja a possibilidade de haver um entendimento no sentido de podermos vir a regularizar aquela intervenção e que a utilização que está prevista para aquele espaço venha a concretizar-se. Na generalidade a população setubalense e, em particular, os azeitonenses estão connosco nesta avaliação, reconhecendo que não foi o melhor caminho para atingir aquele objetivo. Cada um assume as suas responsabilidades e, naturalmente que a Câmara Municipal de Setúbal assume as suas.

Presidente da Mesa – Está a ultrapassar o tempo, senhor Presidente. Está esgotado o tempo de intervenção neste período.

Presidente da Câmara – Para terminar senhor Presidente, relativamente à intervenção que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra fez, a propósito do posto da GNR, é uma iniciativa que deveria ser acarinhada. Trata-se de um desígnio bastante justo que todos nos empenhámos, para que possa haver um posto da GNR que sirva aquelas populações. Sabemos que a existência destes equipamentos e das pessoas que os ocupam, são formas muito importantes de contribuir para o bem-estar de quem vive naquelas aldeias e naquelas freguesias de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e do Sado. Peço desculpa por me alargar no tempo.

Nuno de Carvalho (PPD/PSD) – Eu vou ser um pouco injusto, porque o senhor Presidente da Câmara Municipal já vai com algum excesso de tempo, mas uma vez que preferiu algumas afirmações, é fundamental que tentássemos estar de acordo. O desafio de mobilidade no concelho de Setúbal é enorme, mas apesar de discordarmos profundamente com o trabalho que até agora foi feito, porque houve um estreitamento de vias em muitos casos necessários e com a construção de um conjunto de infraestruturas em muito dos casos desnecessárias. Pondo isso de parte, vamos aos desafios que interessa, tal como o senhor Presidente disse, faço o seguinte desafio, para a semana, vamos juntos utilizar os transportes públicos em Azeitão, utilizar os transportes públicos na Gâmbia, utilizar os transportes públicos no Sado. Venha comigo ou venha com outros deputados municipais, venha com os vereadores e vai ver que infelizmente, vai precisar de muito menos tempo da próxima vez para ver a realidade. Senhor Presidente fica o desafio e espero que aceite o convite.

Presidente da Mesa – Se eu puder acompanhar, associo-me.



Manuel Esteves (PS) – Senhor Presidente, derivado ao facto de ter chegado atrasado, talvez não ouvisse. Referi que numa ata de 24/9/2020, a senhora ex-presidente tinha dito, *“Já estava as avaliações a serem feitas para a expropriação do Parque das Merendas, da Capela de São Luís, assim como o parque de estacionamento de Albarquel”*. Gostaria de saber se continua o processo ou se o mesmo parou.

Presidente da Mesa – Agora temos o dilema do costume, o tempo está esgotado, o tempo prolonga-se ou ficamos por aqui! Todos preferirão, em especial quem colocou questões que, numa réplica muito breve, permita-se que o senhor Presidente exceda um pouco mais o tempo para uma resposta breve a estas duas questões, se o entender.

Presidente da Câmara – Agradeço senhor Presidente. Vou tentar ser muito rápido. Relativamente ao senhor deputado Manuel Esteves, respondi no essencial às questões que o senhor agora acabou de colocar. É um empenhamento da Câmara Municipal em prosseguir esse objetivo, é nisso que nós estamos empenhados e é isso que irá acontecer.

Relativamente ao desafio do senhor deputado Nuno de Carvalho, conheço a situação bem de Azeitão, como conheço a situação dos transportes em todo o concelho de Setúbal. Infelizmente o seu Governo não fez aquilo que devia ter feito ao longo dos anos em que exerceu funções e de tal maneira desistiu dessa responsabilidade que em agosto de 2015, transferiu as responsabilidades que tinha e que não quis assumir nunca, para a Área Metropolitana e foi a Área Metropolitana que fez todo o trabalho excecional e extraordinário, envolvendo os municípios que temos pela frente, relativamente ao passe social, uma medida revolucionária que aconteceu em Portugal, depois do “25 de Abril”, uma das maiores medidas de fundo e melhores medidas revolucionárias para o orçamento familiar. Para além desta outra decisão de fazer um concurso público internacional ou vários concursos públicos internacionais, numa visão global deste território da Área Metropolitana de Lisboa, que permite ter em junho do próximo ano em Setúbal, mais 64% de carreiras que não teve ao longo destes tempos. Do levantamento que foi feito na proposta que está a apresentada.

Presidente da Mesa – O assunto sobre os caminhos e os transportes vão ser cumpridos, mas não vamos fazer agora um debate só sobre este tema. Está colocada a questão, está contraposto, está feita a réplica. Sr. Deputado Nuno de Carvalho, não me diga que quer fazer como o candidato António Costa a subir a ladeira de Loures!

Nuno de Carvalho (PPD/PSD) – Senhor Presidente, dá-me a palavra ou não?

Presidente da Mesa – Brevemente.

Nuno de Carvalho (PPD/PSD) – O Senhor Presidente não me dá a palavra brevemente, porque ainda tenho tempo.

Presidente da Mesa – Tão brevemente.

Nuno de Carvalho (PPD/PSD) – Nesse caso vou começar por fazer uma primeira interpelação à Mesa. O senhor Presidente pode e deve conceder o tempo ao PSD, deve-se reter de comentários, porque não está aqui como uma parte ativa como deputado, se estiver desconta o tempo.

A segunda interpelação à Mesa é a seguinte. Entendendo perfeitamente aquilo que foi o tempo concedido, até acho que deveríamos ajustar o tempo à Câmara Municipal, para ser justo e compreendo a resposta que deu, porque, de facto, eu fiz uma provocação. O passe social é um esforço conjunto de vários municípios, é um esforço conjunto até de municípios do PSD, que têm como objetivo no concurso internacional, inclusivamente um aumento das carreiras, coisa que o senhor Presidente não mencionou. Com certeza que sabe que, apesar deste concurso público não ter critérios, por exemplo ambientais, era bom que tivesse, como o exemplo do Porto.

Dando-lhe o exemplo de Lisboa, que critérios tem para aumentar entre 10% a 15%, o conjunto das carreiras? Pergunto-lhe se 10% a 15%, do conjunto das carreiras vai abranger Gâmbia, Sado e Azeitão? Sabe falar de números em concreto?

O Senhor concentra-se no Governo do PSD, então e o seu Governo da CDU, como é que vai governar na cidade?

Os senhores tentem apanhar um autocarro na Gâmbia, no Sado ou no Alto da Guerra!

Os senhores têm que respeitar os munícipes!

Venha comigo Senhor Presidente, vai ver que falta muita coisa para começarmos a colmatar.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Solicito ao Bloco de Esquerda a apresentação do seu Voto de Saudação sobre “O Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 6). Se quiser pode fazer a leitura, obviamente que ela foi distribuída.

“Voto de Saudação ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de Novembro)”

O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.

Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%).

A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID19) 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão.

A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o IASI 2021. Ao nível dos crimes de violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes.

Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes.

Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Mafalda Teles, Ana Maria Melo, Arminda Monteiro, Beatriz Lebre, Carla Barbosa, Celeste Paiva, Cláudia Gomes, Deolinda Lopes, Eduarda Graça, Eugénia, Floripes Machado, Francelina Santos, Iris Abas, Isabel Velez, Jasmina Löfgren, Lúcia Rodrigues, Manuela Viana, Maria Costa, Maria da Graça Ferreira, Maria de Lurdes Gomes, Maria Isabel Fonseca, Maria Isabel Sulgudo Murlins, Maria Lúcia Santana, Maria Nazaré, Marta Figueiredo, Nadlya Ferrão, Não Identificada, Nazaré Santos, Paula Alves, Paula Cunha, Rosa Novais, Sílvia Damião, Teresa Fernandes, Tereza Paulo, Valentina Fonseca.

A Assembleia Municipal de Setúbal saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência.

Não havendo intervenções, foi a Saudação aprovada por maioria e em minuta, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e uma abstenção da IL.

Presidente da Mesa – Temos uma Saudação “Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo” apresentada pelo Partido Socialista (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 7).

“Saudação Dia Internacional Contra o Fascismo e o Anti-Semitismo

Comemorado anualmente a 9 de novembro, o Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo foi criado para combater o racismo e a xenofobia.

Nesta data, em 1938, deu-se um dos episódios mais marcantes da história da humanidade. Esse episódio ficou conhecido como a Noite de Cristal, devido assalto generalizado a lojas e casas de judeus, organizado pelo partido nazi e ao amontoado de vidros partidos que se estendeu a dezenas de cidades. Este acontecimento foi uma espécie de culminar de um longo processo de perseguição aos judeus que teve lugar inicialmente na Alemanha e depois na Áustria.

O Dia Internacional contra o Fascismo e o Anti-Semitismo, foi criado pelo Parlamento Europeu e é recordado não só pelos europeus, mas um pouco por todo o mundo, para que se reflita acerca da “necessidade urgente de substituímos ao ódio e ao antagonismo a linguagem do diálogo e da abertura ao outro, seja este próximo ou distante.”, conforme as palavras do nosso Presidente da Republica Marcelo Rebelo de Sousa.

Reiteramos a nossa posição contra todos os regimes totalitários, independentemente do seu contexto ideológico. Esta data deve ser um momento de pesar e reflexão, mas também o momento de projecção no futuro da nossa capacidade de nos renovarmos, como sociedade.

Hoje como nunca, criar consensos, pontes, conciliação, devem ser molas impulsionadoras, no combate ao ódio e aos extremismos. Enquanto sociedade, devemos rejeitar populismos que criam clivagens desnecessárias, agindo de forma assertiva e determinada por um futuro mais aberto, melhor e mais inclusivo, mais lúcido, mais humano, para todos.

O trágico passado da Europa deve continuar a servir de inspiração moral e política para enfrentarmos os desafios do mundo de hoje, incluindo a luta por um mundo mais justo, a criação de sociedades e comunidades abertas e tolerantes para com as minorias étnicas, religiosas ou sexuais.

Deste modo, a Assembleia Municipal, saúda todos aqueles, que no seu dia a dia, apoiam as vítimas destes movimentos e regimes totalitários, e lutam por uma sociedade democrática, fraterna, onde se viva em total liberdade.”

Maria João (PS) – Através desta saudação ao “Dia Internacional Contra o Fascismo e Antissemitismo” pretendemos ver reforçada a posição do nosso partido e também desta Assembleia Municipal contra todos os regimes totalitários, independentemente do seu contexto ideológico. Esta data deve ser um momento de pesar e reflexão, mas também um momento de projecção no futuro da nossa capacidade de nos renovarmos como uma sociedade, que pretende ser de consensos, de pontos, de conciliação como combate ao ódio e aos extremismos. A saudação será anexada, se o senhor Presidente assim o permitir para que conste na sua totalidade em ata.

Nuno Gabriel (CH) – Gostei de ouvir a proposta de saudação do Partido Socialista. Sinceramente não entendo, qualquer pessoa de normal diligência presumo que pensará como eu. É proposto “O Dia Internacional Contra o Fascismo e Contra o Antissemitismo”, do qual estou de acordo, mas não concordo e acho que ninguém poderá concordar, a não ser por questões partidárias, que não as entendo até

entendo, que não se incluía também aqui outro tipo de extremismos. Vou ler uma passagem desta saudação, proposta pelo Partido Socialista onde diz: *“O Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo foi criado pelo Parlamento Europeu”*. É uma verdade, foi também o Parlamento Europeu que efetuou uma resolução, em que equiparou o Comunismo ao Nazismo. Não fuja-mos desta realidade, proponho que se acrescente, querendo o Partido Socialista, nesta proposta de saudação, se incluía não apenas *“O Dia Internacional Contra o Fascismo e Contra o Antissemitismo”*, que eu e a bancada Parlamentar do Chega estamos de acordo, mas devem incluir também *“O Comunismo”*, que não é melhor do que o fascismo, que não é melhor que o nazismo, nem é melhor que qualquer outro extremismo. Essa é a história e a história não se apaga, a história é o que é, por muito que as ideologias tentem alterar não vale a pena, porque história é história!

Paulo Lopes (PS) – Apenas trinta segundos para ler uma frase que consta da saudação, mas pelos vistos o senhor deputado não a leu: *“Reiteramos a nossa posição contra todos os regimes totalitários independentemente do seu contexto ideológico”*. Está na saudação, acho que está respondido.

João Luz (CDU) – Relativamente a esta saudação apresentada pelo Partido Socialista iremos procurar acompanhar o seu conteúdo. Percebemos a tentativa de relativização, é um argumento conhecido o automatismo, é uma estratégia utilizada sempre nestes momentos. Percebemos a dificuldade de alguns em lidarem com aquilo que é o combate, em particular às questões do racismo e da xenofobia. No entanto há uma questão nesta saudação, que é uma proposta que fazemos aos proponentes, de retirar uma expressão que nos parece que vai precisamente em sentido contrário, àquilo que é a proposta que aqui trazem. Acaba por ser uma expressão que contém em si alguns laivos de totalitarismo, que é *“A promoção dos valores europeus para todos”*. Isto de promover valores europeus para todos é uma coisa que nos é estranho, querer impor valores europeus a asiáticos, a americanos e por aí fora. A sugestão era a retirada apenas desta expressão.

Nuno Gabriel (CH) – Não posso deixar de ouvir coisas que não concordo e que não fazem qualquer sentido. Não dou lições de moral a ninguém em relação ao racismo e à xenofobia, cresci num bairro social, não é qualquer pessoa que me vem dizer o que quer que seja. O deputado municipal do PS referiu que eu não li bem, porque está escrito que *“Reiteramos a nossa posição contra todos os regimes totalitários, independentemente do seu contexto ideológico”*, também li e sei ler, no entanto, o título da saudação é *“Dia Internacional Contra o Fascismo e o Antissemitismo”*. A proposta de alteração é simplesmente *“Dia Internacional Contra o Fascismo, o Antissemitismo e o Comunismo”*. Sei que não é simpático, mas é assim que entendo que deve ser.

Presidente da Mesa – Está perfeitamente entendida a posição de cada um, falta ouvir dos proponentes, se pretendem alterar alguma coisa ou não.

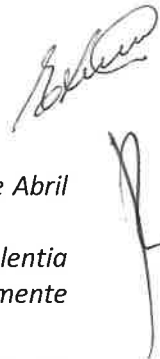
Fica retirada *“A promoção dos valores europeus para todos”* por parte dos proponentes e com esta alteração vamos colocar à votação.

Não havendo mais intervenções, foi a Saudação, aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 2 votos contra do CH.

Presidente da Mesa – Solicito ao Partido Chega a apresentação da Moção *“Sobre o 25 de Novembro de 1975”* (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 8).

“Moção

Em 25 de Novembro de 1975, o Regimento de Comandos da Amadora, apoiado por grupos organizados de civis e militares espalhados por todo o país, travaram aquela que foi uma tentativa de implementação de



uma ditadura com contornos perigosos para a democracia defendida e que esteve na origem do 25 de Abril de 1974.

Os valores de Abril sofreram ao longo de um ano um duro golpe que pela força, determinação e valentia demonstrada pelo Regimento de Comandos da Amadora e pelos seus apoiantes não vingou e felizmente para o nosso país, não poderia sequer ter vingado.

Passados 46 anos, a data do 25 de Novembro continua a ser ocultada da história de Portugal, facto esse que o CHEGA repudia. Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada ao partido A ou B. História é história e não pode ser apagada!

Nós, assim como outras forças políticas, entendemos o 25 de Novembro como a reposição dos valores originais de Abril!

Nesse sentido, os eleitos nesta Assembleia vêm propor a realização de uma cerimónia oficial da data do 25 de Novembro, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, como a do 25 de Abril.

A ser aprovada, a presente moção deve ser remetida a: Presidente da Câmara Municipal e respetivos vereadores.

Presidente da Assembleia Municipal e respetivos deputados Municipais.

Presidentes das Assembleias de Freguesias do Concelho

Assembleias de Freguesias do Concelho

Grupos Parlamentares na Assembleia da República

Associação de Comandos.”

Nuno Gabriel (CH) – Não podemos ignorar o dia “25 de Novembro”, por muito que o queiram fazer, história é história. Não podemos ignorar que o “25 de Novembro” veio possibilitar com que não retrocedêssemos, provavelmente a algo pior do que anterior ao “25 de Abril”. Por muito que não queiramos ouvir e possamos não gostar, o Comunismo é péssimo e não faz falta, nem em Portugal nem na Europa.

João Luz (CDU) – Há aspetos formais desta proposta que aqui está colocada. A proposta que este partido, ainda que sobre a forma de uma moção, é uma proposta para uma realização de uma iniciativa. Uma proposta não é uma moção, entende-se que uma proposta não tem cabimento ser discutida no âmbito do Período de Antes da Ordem do Dia, é matéria para a Ordem de Trabalhos. Se os proponentes assim o quiserem propor para outra sessão! Entendemos que do ponto de vista formal esta moção não tem condições de ser apreciada.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – Relativamente à moção apresentada pelo Partido Chega, a bancada do Partido Social Democrata também fazia essa solicitação, que a mesma fosse sobre a forma de proposta. Para não fazer uma segunda intervenção e caso seja em forma de proposta, proponho-nos a acompanhar com a retirada da expressão, “*como a do 25 de Abril*”, no final do último parágrafo, porque os fundamentos anteriores são por si suficientes para a pretensão da realização de uma cerimónia oficial com a data de “25 de Novembro”, com o mesmo respeito e dignidade da celebração de outras datas com semelhante importância, e esse seria o ponto final.

Vitor Rosa (BE) – Acompanho as preocupações do João Luz relativamente ao formato, porque “*Nesse sentido os eleitos nesta assembleia vêm propor a realização de uma cerimónia oficial*”. Se é uma moção e tratando-se de uma assembleia extraordinária, se o mesmo têm cabimento dentro do Regimento? Essa questão também se colocará na moção do Bloco de Esquerda “*Para a Criação de uma Comissão do 25 de Abril*”. Gostaria que a Mesa esclarecesse relativamente a este aspeto, porque quanto ao conteúdo, se isto avançar, tomarei uma posição relativamente ao conteúdo desta moção.

Mariana Crespo (PAN) – Partilho das mesmas preocupações a nível de estrutura que os outros deputados de outras forças já referiram, e salvaguardando a possibilidade desta moção ser posteriormente discutida,

não posso deixar tecer alguns comentários. Tenho algumas dúvidas se o município pode aprovar as celebrações de uma data nacional, visto que ela não está aprovada pela Assembleia da República. Acima de tudo esta moção tem claramente duplas intenções e tem alguns problemas de factualidade histórica. Se queremos fazer uma reflexão séria do “25 de Novembro” e podemos fazê-lo, não é bem isto que esta moção quer fazer chegar até nós. Parece mais um ataque velado à esquerda, atingindo todos aqueles que não tiveram comportamentos tão extremistas, como aqueles que se verificaram neste movimento. Historicamente temos sempre que ter em conta tudo o que aconteceu no “Verão Quente” dessa altura, toda a agitação que aconteceu, com os atentados tanto de esquerda como de direita. Centrar toda a discussão nos excessos da esquerda sem referir antecedentes, branqueia um pouco a extrema-direita. Esta é a minha principal dificuldade. É óbvio que somos todos pela liberdade e pela defesa dos ideais do “25 de Abril”, por algum motivo o celebramos tanto. A Moção parece uma espécie de jogo político e isto não dignifica o nosso trabalho e não acrescenta nada à luta pela causa social, pelo ambiente e pelos direitos dos animais.

Presidente da Mesa – Resta-nos uma questão formal que foi colocada pelo deputado João Luz e pelo deputado Vítor Rosa, saber se se trata de uma proposta à Assembleia Municipal ou se trata de uma moção? Falta saber o que é uma Moção e o que é uma proposta. Uma Moção é claramente uma declaração política e uma declaração de propósitos, de intuítos, uma proposta é uma deliberação própria da Assembleia e que tem efeitos imediatos. Parece-me que a confusão de conceitos se desfaz quando olhamos para os destinatários deste ato, e não são poucos, o Presidente da Câmara Municipal e respetivos Vereadores, é dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal e respetivos Deputados Municipais, aos Presidentes de Assembleias de Freguesia do concelho, às Assembleias de Freguesia do concelho, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Associação de Comandos. Foi neste sentido que entendeu a Mesa que esta seria mais uma declaração de intenções, do que uma proposta de deliberação própria da Assembleia, para a Assembleia assumir consecutivamente e de forma imediata um determinado ato. Se a Assembleia entender que deve aprovar este conjunto de intenções, ele seguirá o seu caminho, se a Assembleia entender que não, ficam estas intenções reprovadas e o assunto ficará arrumado neste momento.

Coloco à consideração da Assembleia, pelo seu conteúdo material e pelos seus destinatários, se consideramos ou não uma mera posição de declaração política de intenções contida nesta Moção e não materialmente, uma proposta de execução imediata pela Assembleia. Neste sentido ela foi colocada no conjunto das Moções, julgando que este é o entendimento. Se a Assembleia aceitar este entendimento, votamos como Moção, se a assembleia quiser votar a categoria de da proposta... Querem-se manifestar os senhores líderes de bancada?

Paulo Lopes (PS) – Não entrando na discussão política, mas da questão formal que colocou, sendo uma assembleia extraordinária, não pode ser votada qualquer proposta que não conste na Ordem de Trabalhos. O PS tinha uma proposta que o deputado municipal Ilídio Ferreira falou sobre a constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo da Herdade da Comenda e não foi a tempo. Ou votamos como uma Moção ou não podemos votar de todo, porque isso implicava uma alteração na Ordem de Trabalhos.

Nuno Carvalho (PPD/PSD) – Concordamos com o conteúdo de ambas e atendendo àquilo que é também o argumento correto apresentado pelo deputado João Luz, propúnhamos que fossem retiradas, porque só pela forma vamos ter que chumbar e não pelo conteúdo, uma vez que não acreditamos que elas devam ser admitidas à discussão pelos elementos já prestados. Propomos que devem ser retiradas e depois apresentadas de forma correta numa outra sessão da Assembleia Municipal.

Vítor Rosa (BE) – No que concerne à Moção do Bloco de Esquerda, em termos de formalismos e para que sirva de exemplo no futuro, que sejam retiradas as duas moções e que na próxima sessão da Assembleia Municipal os partidos possam novamente trazê-la a discussão.

Presidente da Mesa – Informando que o Sr. Deputado Nuno Gabriel tinha a mesma posição e sendo concordância dos proponentes vão ser retiradas as Moções sobre o “25 de Novembro” do Chega e sobre os “50 anos do 25 de Abril”, do Bloco de Esquerda.

Passamos à Moção sobre “Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres” apresentada pela CDU (conforme documento arquivado em pasta anexa registado sob o n.º 9).

“Moção
Dia Internacional Pela Eliminação Das Violências Contra As Mulheres

25 de novembro de 2021

No próximo dia 25, assinala-se o Dia Internacional pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres.

Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercidas sobre as mulheres, mas também afirmar os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção, elementos indissociáveis da efetivação dos seus direitos na lei e na vida, e da garantia da sua participação em igualdade.

A violência tem múltiplas dimensões: desde logo, a estrutural, com expressão através da pobreza, da exclusão social, da exploração laboral, da insuficiência de rendimentos ou da privação de acesso a bens e serviços essenciais; ou a violência doméstica, no namoro, a violência sexual; a prostituição e o tráfico de seres humanos.

Importa abordar as suas causas - no plano individual e coletivo -, mas igualmente as respostas necessárias para as erradicar.

No que concerne à violência doméstica, consideramos que não nos devemos poupar a esforços para intervir no domínio dos fatores culturais que lhe estão associados, para vencer preconceitos e estereótipos, estimulando a mudança de mentalidades. Mas tal abordagem, não dispensa, antes pressupõe dar combate às causas económicas e sociais na génese da exploração laboral, das desigualdades e discriminações sobre as mulheres, que em si mesmas alimentam e reproduzem permanentemente diversas dimensões da violência. Não conseguimos alterar mentalidades e comportamentos enquanto a nossa sociedade viver da exploração e opressão de uns seres humanos sobre outros.

Assim, o cumprimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, é a mais profunda forma de contribuir para assegurar o direito das mulheres a decidirem sobre o seu projeto de vida, incluindo a libertar-se de contextos violentos. Cumprir os direitos das mulheres representa, em si mesmo, impulsionar mudanças profundas nos papéis de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida social e política.



Impõe-se, igualmente, dar visibilidade à prostituição, uma aviltante forma de exploração e violência que deve ser inscrita como uma grave violação dos direitos humanos e à imperiosa recusa em acompanhar organizações e propostas que visam legalizar o lenocínio ou classificar a prostituição como trabalho sexual.

As mulheres continuam a sofrer discriminações, nomeadamente a nível laboral, com salários mais baixos e vínculos mais precários, sendo também sobre elas que recai a maior parte do trabalho doméstico e o cuidar da família. A pandemia evidenciou o pendor económico das escolhas na partilha de tarefas no seio da família.

Reitera-se que à dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres têm de corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas.

Assim, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 19 de novembro de 2021, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:

- a. Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos, visando dotar os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis a superar insuficiências e a poderem cumprir o seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social);*

- 
- 
- b. *Exigir o cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica, com o reforço do investimento público para uma adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido e reforce a proteção das mulheres, antes e depois de ter sido atribuído o estatuto de vítima;*
 - c. *Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas de tais práticas e prevenir futuras reincidências;*
 - d. *Manter a criminalização do lenocínio;*
 - e. *Reconhecer a prostituição como uma aviltante forma de violência, recusando a utilização do termo «trabalho sexual»;*
 - f. *Adotar programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres e apoio nas suas necessidades específicas, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, sem juízo de valor, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional;*
 - g. *Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros.*

Porque estas são condições necessárias para eliminar vulnerabilidades socioeconómicas que condicionam e impedem muitas mulheres a libertarem-se de situações marcadas pela violência.

Sendo aprovada, deverá ser remetida a:

- Presidente da República;*
- Grupos parlamentares da AR;*
- Primeiro-ministro;*
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;*
- Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género.”*

Joana Tomé (CDU) – A Moção sobre “O Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres” está nas vossas pastas, na sua versão integral, por isso iria fazer apenas um destaque de alguns dos pontos mais importantes da moção. Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal consideram que a violência contra as mulheres tem múltiplas dimensões, a dimensão estrutural com expressão através da pobreza, da exclusão social, da exploração laboral e da insuficiência de rendimentos ou da privação de acesso a bens e serviços essenciais. Temos a violência doméstica que também acontece no namoro e que está ligada à violência sexual, a prostituição e o tráfico de seres humanos. No que concerne à violência doméstica, consideramos que não devemos poupar a esforços para intervir no domínio dos fatores culturais que lhes estão associados, para vencer preconceitos estereótipos, estimulando a mudança de mentalidades, mas tal abordagem não dispensa, antes pressupõe, dar combate às causas económicas e sociais que se encontram na génese da exploração laboral das desigualdades e das discriminações sobre as mulheres, que em si mesmas alimentam e reproduzem permanentemente diversas dimensões de violência. Não conseguimos alterar mentalidades e comportamentos enquanto a nossa sociedade viver da exploração e da opressão de uns seres pelos outros. Impõe-se, igualmente, dar visibilidade à prostituição, uma aviltante forma de exploração e violência que deve ser inscrita como uma grave violação dos direitos humanos e à imperiosa recusa em acompanhar organizações e propostas que visam legalizar o lenocínio ou classificar a prostituição como trabalho sexual. As mulheres continuam a sofrer discriminações, nomeadamente a nível laboral com os salários mais baixos, os vínculos de trabalho mais precários, também sobre elas recai a maior parte do trabalho doméstico e a cuidar da família. Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 19 novembro 2021, possa deliberar que os órgãos de soberania possam tomar medidas concretas de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:

Proceder ao reforço dos meios financeiros, técnicos e humanos visando dotar os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis a superar as insuficiências e a poderem depois cumprir o seu papel na prevenção e no combate à violência doméstica.

Exigir o cumprimento da legislação em matéria de violência doméstica com o reforço no investimento público, para uma adequada proteção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação do risco e na decisão de medidas de proteção à vítima e de coação do arguido em 72 horas, como está já estabelecido e reforçar ainda a proteção das mulheres antes e depois de lhes ser atribuído o estatuto de vítima.

Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas de tais práticas e prevenir futuras reincidências. Manter a criminalização do lenocínio.

Reconhecer a prostituição como uma aviltante forma de violência, recusando determinantemente a utilização do termo, trabalho sexual.

Adotar programas específicos que assegurem saídas às mulheres prostituídas a ser implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres e apoiando as suas necessidades específicas, numa intervenção assente num acompanhamento contínuo, sem juízo de valor, com medidas de reinserção e proteção social e acesso à habitação, à saúde, à educação e à formação profissional.

Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as discriminações e desigualdades, procedendo à elevação dos seus rendimentos de trabalho, ao direito à habitação e uma rede de equipamentos sociais entre outros.

Sendo esta Moção aprovada propomos que seja remetida ao Presidente da República, aos grupos parlamentares na Assembleia da República, ao Primeiro Ministro, à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e à Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género.

Marco Costa (PS) – Enquanto cidadãos livres, não podemos deixar de nos sentir envergonhados por este flagelo que, em pleno século XXI, ainda assombra a nossa sociedade. Talvez a expressão da imperfeição do ser humano, numa das faces mais cruéis, mais injustas e mais injustificadas. Esta será provavelmente uma causa ou a causa mais consensual, quer a nível antropológico, social, político, jurídico e ético. Lutarmos juntos por condenar e erradicar esta problemática, torna-se então um imperativo para todos nós e é nesse sentido que os deputados municipais do PS não só provam, assim como subscrevem e associam-se integralmente ao conteúdo da moção apresentada pela CDU, assim como também poderíamos tê-lo feito ao voto de saudação da mesma temática apresentada pelo Bloco de Esquerda, mas nesta moção associamo-nos e aprovamos na totalidade do seu enquadramento, nos seus considerandos e dos seus pontos deliberativos.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – Como é do conhecimento, a bancada do PPD/PSD vai apoiar e revê-se em muitos dos pontos constantes da moção da CDU, nomeadamente naquilo que é o objetivo do *“Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres e as Jovens”*, nos fundamentos que constam das Nações Unidas. Diz a moção da CDU no final das considerações, que *“A Assembleia Municipal reunida, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas de prevenção e de combate às múltiplas formas de violência”*.

Também com o mesmo argumento o PPD/PSD exorta a Câmara Municipal de Setúbal a concluir, divulgar e implementar aquilo que lhe compete em termos do *“Plano Nacional para a Igualdade”*, ou seja, o *“Plano Municipal da Igualdade”*, que há muito deveria estar disponível. Por isso, gostaríamos de perguntar, em que estado é que está a construção, divulgação e implementação do *“Plano Municipal da Igualdade”*.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Presidentes da Mesa – Falta-nos apreciar e votar a Recomendação do Partido Socialista “*Para o Reforço da Esterilização das Colónias de Gatos que Proliferam pela Serra da Arrábida*” (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10).

“Recomendação

Para o reforço da esterilização das colónias de gatos que proliferam na Serra da Arrábida

Considerando que:

- 1 – Existe uma grande população de gatos errantes no nosso Concelho, quer na zona urbana, quer em zonas específicas e identificadas na Serra da Arrábida e que a morte de alguns espécimes por ausência de ação não resolve o problema do controlo populacional dos gatos. Se estes não forem esterilizados, o crescimento da população continuará trazendo consequências não apenas para o ecossistema como para a saúde pública.*
- 2- Uma das mais efetivas e dignas soluções para a questão do controlo populacional dos animais errantes é a esterilização dos mesmos. Medida esta que permite reduzir a população e permitir que o animal apesar de errante usufrua uma vida com qualidade.*
- 3 – Tem sido positiva a evolução dos serviços prestados, bem como meritoso o trabalho realizado pelo CROAC - Centro de Recolha de Animais de Companhia, ainda que com sérias limitações face às reais necessidades do nosso concelho, trabalho que se tem mostrado aparentemente insuficiente para o controlo necessário.*

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida extraordinariamente, a 19 de novembro de 2021, recomenda ao Executivo Municipal que:

- 1 – Caso não exista, ou não esteja atualizado, que se proceda á atualização e identificação das colónias existentes;*
- 2 – Perante os dados recolhidos a Câmara avalie a sua real capacidade de intervenção, e, se verificada a sua incapacidade de esterilizar todos os animais identificados, articule com os melhores parceiros zoófilos (associações e grupos informais de cuidadores de colónias) a melhor forma de esses parceiros o fazerem;*
- 3- Reforçar os programas de esterilização existentes via CROAC ou via parceiros Zoófilos para que estas ações assumam um carácter regular e evitem cairmos na atual situação.”*

Eunice Pratas (PS) – A recomendação do Partido Socialista é sobre um problema que tem afetado o concelho de Setúbal, o crescimento populacional de gatos errantes. Este problema apenas tem uma solução que é a esterilização desta população para evitar o crescimento, que traz consequências tanto no ecossistema como para a saúde pública. Apesar dos esforços feitos pela CROAC, esses esforços têm sido insuficientes, pois a população continua a crescer e a trazer as suas consequências, por isso, recomendamos ao executivo municipal as linhas diretrizes que apresentamos nessa recomendação.

João Luz (CDU) – A recomendação que o Partido Socialista nos apresenta relativamente ao “*Reforço da Esterilização das Colónias de Gatos que Proliferam na Serra da Arrábida*”, ao longo do texto, poucas referências existem em concreto à Arrábida e no caso da componente deliberativa não se percebe se isto é destinado apenas ao território do Parque Natural ou do Parque Natural e das zonas urbanas. Essa é a primeira dúvida.

Esta recomendação incorre no erro que começa na componente deliberativa, “*caso não exista...*”, “*caso não seja atualizado...*”, “*em caso de...*”, “*Não conhecemos a realidade e apresentamos uma recomendação que se já for feito, tudo bem se não for feito faça-se assim*”.

Relativamente a um conjunto de matérias deste tipo temos primeiro um diagnóstico daquilo que é a realidade e do trabalho realizado ou não e depois a partir de aí se propor.

Ainda com uma dúvida da nossa parte relativamente ao território do Parque Natural, que se prende por um lado com o papel ou não do ICNF nesta matéria, e com uma dificuldade que é o programa CED - Capturar Esterilizar e Devolver, porque inclui a devolução destes animais esterilizados aos territórios e o impacto da devolução de animais ao Parque Natural da Arrábida, sendo que as colónias de gatos correspondem a colónias exógenas ao Parque Natural. Estas são algumas das dificuldades.

Não deixa de ser interessante esta recomendação num quadro e num momento em que ainda esta semana na Assembleia da República, o Partido Socialista continua a rejeitar as propostas, designadamente do PCP para a “*Campanha Extraordinária Nacional de Esterilização de Animais Errantes*”.

Quando se defende (e é uma proposta com algum tempo) uma rede pública de cuidados veterinários e programas de esterilização gratuita, eles têm vindo sistematicamente rejeitados. Pode ser que um dia tenhamos uns vídeos a perguntar se nos lembramos, como fazem relativamente ao passe social e aos manuais escolares, também pode ser que em relação a estas matérias elas venham a ser concretizadas e possamos vir a ter uns vídeos desse tipo, como aconteceu relativamente a estas matérias.

Rui Lamim (PPD/PSD) – Em livros da primária e do secundário dizia-se que os gatos tinham sido introduzidos na Península Ibérica pelos Fenícios, há cerca de três mil anos. Há três mil anos que andamos nós os humanos, a viver com os gatos numa simbiose e numa companhia que nos é permutativa, porque eles erradicam os ratos que foram referidos há pouco. Sei de casos, não em Portugal, mas no estrangeiro, que tiveram que introduzir colónias de gatos em sítios, porque os ratos eram demais, por isso haja bom senso. Haja bom senso naquilo que é a utilização do método de controlo de populações que é a esterilização. Temos que ver em concreto, quais são os sítios, em que tipo de propriedades, porque o Parque Natural da Arrábida é uma coisa muito grande. É um assunto que merece atenção, mas merece uma atenção mais precisa com uma ideia mais clara acerca daquilo que tem que ser feito e eu gosto de gatos.

Mariana Crespo (PAN) – É com agrado que o PAN recebe esta proposta e consideramos fundamental o controlo das populações de animais errantes, de gatos especificamente, tanto os nascidos na rua ou os abandonados pelos seus detentores, por vários motivos, numa lógica de direitos dos animais, mas também numa lógica ambiental e aqui a importância do Parque Natural da Arrábida, assim como a lógica de saúde pública. Um dos maiores problemas em Setúbal surge exatamente no Parque Natural da Arrábida, mais especificamente na zona do Creiro, onde se estima existirem colónias totalizando cerca de uma centena de indivíduos gatos especificamente, que são cuidados e alimentados de maneira totalmente voluntária por um pequeno grupo de pessoas e a suas totais expensas. Estes indivíduos sem o controlo adequado, naturalmente se reproduzem aumentando a população, mas também não é aqui de descurar que esta é também uma zona de grande abandono de animais que têm detentor legal, o que constitui crime. Incompreensivelmente estes cuidadores destas colónias, que são totalmente voluntários e fazem tudo as suas próprias expensas têm sido alvo de perseguição. Recentemente da parte do “ICNF”, numa atitude intimidatória, têm sido colocadas placas a proibir a alimentação dos animais, apesar de o anterior executivo ter garantido que não haveria impedimentos à continuação de alimentação destes animais. Também o anterior executivo não demonstrou abertura para mobilizar os serviços do “CROAC” para realizar as tais campanhas “CED”, novamente com a justificação de que são animais que estão numa zona de parque natural, o que não faz sentido. Não queremos resolver o problema, porque são animais de parque natural, mas eles continuam lá e o problema continua a existir para o ambiente.

Recordar que há uns anos tínhamos uma situação de um local de matilhas de cães e que essa situação foi resolvida.

Esta recomendação, apesar do PAN ser naturalmente favorável, consideramos que é necessário aprofundar propostas específicas dentro desta recomendação, especificamente considerando o projeto de lei recentemente aprovado pelo PAN, “*Pelo Reconhecimento Jurídico do Animal Comunitário*”. Temos agora novos dados e precisamos de os integrar.

Não havendo mais intervenções, foi a Recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 11 votos a favor, 10 do PS e 1 do PAN, e 27 abstenções, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 da IL.

III – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos cinco inscrições com a limitação de tempo de cinco minutos a cada interveniente, pela ordem de inscrição chamo a intervir a senhora Carmen Rodrigues.

Carmen Rodrigues – Venho de Azeitão e trago comigo alguns azeitonenses que partilham comigo e com muitas pessoas algumas preocupações. Por coincidência, já foram aqui referidas duas situações que vêm exatamente ao encontro daquilo que vos trago hoje. São dois assuntos, sendo que um deles é a nova rotunda na Nacional 10, em Brejos de Azeitão que liga com a Rua de São Gonçalo. Todos concordamos que as rotundas são uma solução ideal para cruzamentos e fluidez no trânsito, no entanto verificamos que ultimamente em Azeitão as novas obras que têm sido feitas, à semelhança daquilo que foi dito, muitas das ruas novas têm sido feitas com muito estreitamente, com prejuízos para os passeios e para os pneus das viaturas, que até podem causar acidentes por essa situação. A via é estreita para passagem de bicicletas. Durante a obra os azeitonenses perceberam que a rotunda estava a ficar larga demais, as saídas e curvas iriam ficar muito apertadas, os passeios exagerados, pouca berma para garantir a fluidez em caso de acidente e para a passagem de ambulâncias, etc. Começaram a questionar nas redes sociais e a manifestar o seu descontentamento e indignação. No dia 19 de outubro, há precisamente um mês, foi colocada uma questão através do GAPC, e dez dias depois obtivemos resposta em que tinha sido encaminhada aos serviços competentes, mas até hoje ainda não houve resposta. Entretanto a obra nas vias foi concluída, mas ainda não está concluída na rotunda na sua totalidade, no entanto ainda não obtivemos resposta. Entre os problemas destaco concretamente as bermas que são muito apertadas, os passeios, as pontas da rotunda que já foram pisadas pelos transportes públicos ou pesados. Recordo que isto é uma estrada nacional, não é uma estrada cidadina. Estou a dar voz a algumas preocupações, porque já houve dois casos desde que a Rua de São Gonçalo foi aberta, onde na rotunda do Hortelão de Brejos já foi circulada em sentido contrário, porque a Rua de São Gonçalo está demasiado estreita e vai ligar à Rua do Burro pelo lado esquerdo, não permitindo uma abertura para se entrar pelo lado direito. Isto é um apelo que eu estou aqui a fazer. Vão ao local por favor, vão olhar com os vossos olhos, vejam com olhos críticos as nossas preocupações, antes que obra seja terminada.

Aqui deixo algumas questões: Qual o papel da Câmara nesta obra, se projetou, se aprovou um projeto, se fiscalizou ou se a realizou? Há quem também questione se foi as Estradas de Portugal, com certeza que houve uma preocupação conjunta. Por todas estas razões solicitamos à Câmara, aos fiscais que se desloquem ao local, para que não deixem a obra ser concluída naquele estado.

O segundo assunto está relacionado com os transportes coletivos que servem Azeitão. Já aqui foi dito que há um concurso internacional. A Câmara tem recebido ao longo dos últimos anos inúmeros pedidos de ajuda para a melhoria dos transportes que servem Azeitão, reencaminhados pela Junta de Freguesia de Azeitão. Falamos de necessidades básicas para o dia a dia, pendulares, ida e volta, que obrigam os azeitonenses a utilizarem o seu transporte próprio e muitas das vezes a terem que comprar uma segunda viatura, para que cada um se possa deslocar para os seus empregos ou até mesmo para levar os filhos para as escolas. Muitos foram os relatos que recebemos ultimamente que evidenciam o seu desespero. Perdi a conta ao número de solicitações que fiz à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia para arranjam alternativas de transporte entre Azeitão e Coina. Já vivi noutros concelhos de Portugal, em Espanha e também no Reino Unido, mas nunca estive tão mal servida de transportes como agora. Compilei em três documentos os relatos de muitas pessoas, que deixo ao Presidente da Assembleia, para que encaminhasse aos Vereadores responsáveis, para que possam ouvir e sentir as nossas preocupações e as nossas necessidades.

Em resumo, somos um conjunto de cidadãos que já identificou as necessidades e tem propostas reais no âmbito deste aspeto.

Queremos convidar os Vereadores e as suas equipas de Divisão de Mobilidade e Transportes, bem como o Vereador de Educação, porque estamos a falar de transporte escolar e muito das vezes as crianças chegam atrasadas às aulas.

Estamos a convidar-vos para uma reunião para aprofundarmos com mais calma todos estes problemas a apresentarmos as nossas propostas. Não podemos aguardar pela conclusão do projeto de prestação de serviços de transportes e passageiros avançada pela AML para suprir lacunas graves que se arrastam e se têm agravado.

Ao ler o Plano de Mobilidade Sustentável da Câmara de Setúbal ficamos satisfeitos por vermos reconhecidas algumas necessidades sentidas pelos azeitonenses, concretamente no ponto 5.2 e à semelhança do que um elemento referiu, eu faço um desafio a todos os que estão presentes nesta sala, sabendo que alguns residem em Azeitão, vamos durante uma semana deslocarmo-nos para o trabalho de transporte público, para perceber na pele o que não corre bem e o que poderá ser melhorado.

Seria muito bom que mudássemos este paradigma, “não quero utilizar transportes públicos, porque não tenho outra alternativa”, mas sim, porque vivo num país e num município civilizado, evoluído e não preciso de utilizar o transporte próprio.

Vamos trabalhar juntos neste objetivo, que deixo à vossa consideração.

Presidente da Mesa – Agradeço a entrega dos documentos junto dos serviços de apoio.

José António Figueira – Sou um azeitonense não nascido, mas habito há quarenta anos, venho pedir uma explicação/sugestão. Todos devem saber o que é a biodiversidade, alterações climáticas? Isto está tudo interligado para a nossa sobrevivência.

Gostaria de saber se a Câmara Municipal sabe o que são plantas invasoras e se está a fazer alguma coisa no seu controlo, à imagem de muitos municípios? Recorrendo a fundos ambientais, nomeadamente no controlo da Ailanto, das Acácias, Erva das Pampas entre outras? Muitas vezes são as próprias câmaras e centros de jardinagem, quando fazem os jardins que introduzem essas plantas.

Já que estamos no Parque Natural da Arrábida, em que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia enaltecem o Parque Natural da Arrábida, no entanto não ouvi aqui ninguém falar das pedreiras, nem da Secil que está a comer o Parque Natural da Arrábida. É certo que falam de outras coisas importantes, mas o mais importante é o que está a acontecer e estamos a deixar que isso aconteça. Se estamos no Parque Natural da Arrábida não compreendo, porque é que só ainda plantámos quatro Carvalhos em Azeitão, no Jardim da Bacalhoa, sendo que numa parte desse jardim foram plantadas árvores exóticas.

Deixo aqui um desafio, à Câmara de Setúbal, Junta de Freguesia de Azeitão e todas as freguesias em volta do Parque Natural da Arrábida, para que os jardins e outras zonas fossem arborizadas com plantas autóctones. Em Lisboa está a ser construído um jardim que vai ter o nome do Arquiteto Ribeiro Teles, só com plantas autóctones.

De tudo o que conheço aqui na região, na zona de Azeitão, aquela parte do Choilo e arredores, o lixo que vão deixando vai-se amontoando, nomeadamente entulho de obras. A antiga Presidente da Junta de Azeitão disse que era quase impossível haver lixo e entulho naquela zona, no entanto aquilo está cheio de lixo por todo o lado. Gostaria que fizessem qualquer coisa, nomeadamente na fiscalização, porque podemos limpar, mas se não fiscalizarmos continuam a colocar o lixo e entulho. É um problema sério, o qual gostaria que fosse resolvido.

Cândido Teixeira – Estou aqui, porque o ponto 5 da convocatória, que o senhor Presidente fez no Edital n.º 2, me desafiou a vir cá. Vocês perguntam sobre a situação do SNS no concelho de Setúbal. Diria que talvez o concelho de Setúbal reflita aquilo que é o SNS a nível nacional, doente, operado, com altos e baixos que tem tido nos últimos 25 anos, está neste momento num coma induzido, correndo o risco de entrar em coma profundo. Como vocês sabem o SNS nasce com um pressuposto e segundo os princípios da solidariedade e da esperança. Neste momento o que se assiste é ao egoísmo, ao lucro e à ganância. Do SNS inicial, de há 42 anos, feitos em 2001, parece-me restar apenas as iniciais, que se podem adaptar agora ao Sistema dos Negócios da Saúde (SNS). O que resta então para o antigo SNS? Talvez o SND - Serviço Nacional da Doença. Aqui entramos naquilo que está escrito na Constituição portuguesa, nomeadamente no n.º 1, do artigo 64º, em que todos nós devemos promover a proteção em saúde, promover a sua defesa e a sua promoção. Há 20 anos a esta parte, quando começaram a surgir os privados neste sector, que hoje já são maioritários, o

SNS com diferentes governos, à sua maneira fizeram duas tentativas de alterar a ordem das coisas que coincidiram com duas maiorias absolutas. Uma no Governo de Cavaco, com Leonor Belezza e outra com Sócrates, com Ana Jorge. A primeira com grande exclusividade dos médicos e a segunda dizendo que não era recomendável, porque a experiência não ia resultar, o que lá tinha as suas razões, porque também é médica pediátrica e com alguma experiência. De facto, em 2010 ela conseguiu levantar catorze processos disciplinares, a médicos que estavam em exclusividade e que foram apanhados a acumular com outros setores de atividade. O que isto significa? O SNS tal como está, seja em Setúbal ou em qualquer outra parte, atendendo àquilo que foi o evoluir sem regra do setor privado, neste momento tem muita dificuldade em ser sustentável. Porque estava a competir com um Estado que resultou daquilo que é um princípio, na realidade foi uma Religião que se transformou em Estado e, neste momento, como vocês sabem, esse estado a China comprou em Portugal o maior grupo privado, o Espírito Santo, agora o Grupo Luz. É muito difícil competir com quem importa e exporta e coloca a sua própria tecnologia, quando no setor público, primeiro que se desbloqueie um concurso e que se autorize a aquisição, bem que podemos esperar sentados e eles conseguem repor de imediato. Aquela medicina de evidência do bom senso clínico é substituída por uma medicina tecnológica, chama-se a isto o exercício da medicina defensiva. Significa que não tenho muito tempo a perder com o doente, mas de imediato vou requisitar mais uns exames. Dou-vos um exemplo, uma enxaqueca num hospital público pode ser resolvida com um raio-x ou uma célula turca aos seios paranasais, mas se for num privado, sai lá com uma TAC e uma Ressonância. Este custo acrescido significa que não é de agora, é de há muito, pelo menos há 25 anos, com os sucessivos governos, o SNS tem sido para parasitado. Significa é um excelente hospedeiro para todos irem lá buscar. Não houve ainda coragem política de inverter esta situação, porque nós sabemos, a Constituição também o prevê, no n.º 4, do artigo 64.º diz que se pode e deve o SNS ser gerido de forma descentralizada e participada.

Se querem salvar o SNS chamem às autarquias a responsabilidade de gestão, porque a nível central, as conivências, as cumplicidades, a promiscuidade é de tal ordem, que não há nenhum Governo que resista, num sistema democrático, àquilo que é a república das corporações, porque foi esse poder que delegou o Parlamento. Há pouco tempo li um artigo hipócrita do bastonário a dizer, *“o Estado deixa morrer o SNS”*. Sabem qual era o termo de comparação? Referia o seguinte: *“1885 vagas da capacidade formativa indicadas pela ordem, imaginem o Governo só autorizou 1830”*. Isto é um exemplo de 33 para 30, o outro é de 85 para 83, uma diferença de 2 a que punha em causa todo o sistema nacional. Não meus amigos, o que põe em causa é que até ao momento o SNS é pago por nós, parasitado, dá toda a formação complementar de especialidade e deixam-nos sair livremente. Apliquem a lei do mercado que prevalece numa outra área polémica, mas pelo menos ter regras, que é a do futebol. Todo o formador, todo o atleta, todo o profissional formado na origem tem que ressarcir e indemnizar antes de sair ou então não sai até ser substituído. O equivalente a uma formação, em contexto de trabalho como trabalhador estudante feito à nossa custa no SNS, não o deveriam. É o Parlamento que compete decidir. A nível local podemos discutir e é salutar, mas já vamos tarde.

O senhor Presidente anunciou um evento que vai promover um fórum, em que certamente irão aparecer académicos a discutir. Já fui penalizado por ter denunciado estados de corrupção naquele hospital na década de oitenta e quando me apercebi que estava sozinho, porque as pessoas que se envolverem foram apoiadas pelos políticos que, neste momento são os mesmos que andam por lá, que basta estar na lista para serem eleitos, não sabem o que é a realidade.

Com 35 anos de urgência estive na primeira linha no dia 20 de março de 2020 numa tenda de campismo sem condições, e estarei sempre voluntário a toda a hora. Sou Presidente da Liga de Apoio Comunitário aos Doentes Portadores de Doenças Infeciosas e estarei na primeira linha, mas não pactuo com estas hipocrisias políticas.

Mafalda Rodrigues – O que me traz aqui também é o ponto número 5, que é a minha preocupação. Não desvalorizando as outras intervenções, em relação a rotundas e transportes, neste momento a grave situação em Setúbal é o seu hospital, a saúde dos setubalenses e de todos os residentes no município. Antes de apresentar a minha preocupação, a minha realidade em relação à falta dos meios que existem no hospital, peço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que me corrija ou que me trave caso vá para

algum caminho que não me seja permitido. Ouvi o senhor deputado do PSD falar de outdoors, publicidades, de campanhas e curiosamente lembro-me que havia um outdoor na entrada do hospital que referia que os setubalenses não precisavam de um apeadeiro, mas sim de um hospital, que concordo e julgo que todos os setubalenses que cá residem também, mas fico confusa quando são levadas propostas de tentativa para resolver algumas das situações, o próprio PSD votou contra. Enquanto cidadã agora fiquei confusa em relação a isso.

Quero relembrar, pelo menos as caras mais novas que aqui estão, que sou grata o 25 de Abril e quem lutou por isso, porque hoje enquanto mulher posso estar aqui a falar e ter voz, por essa razão gostava de relembrar para que não fosse esquecido.

Também gostava de dizer ao senhor deputado do Chega, que morar num bairro social nada tem a ver com o racismo com entendimento sobre o racismo. A palavra racismo não existe, porque existem raças dentro da humanidade. Existem duas raças, a humana e a animal e existem etnias, por isso chama-se etnocentrismo. A palavra racismo vem de raça e as raças existem nos animais. Nós somos humanos, há a raça humana e a raça animal.

Peço desculpa, não quero ferir ninguém pessoalmente, estou aqui enquanto cidadã e há coisas que me fazem um pouco de confusão pela minha competência política, apela minha falta de entendimento político, pode não ser aqui o momento, mas também me dececionou os deputados do PS não se referirem a resoluções do hospital, mas fala-se de rotundas. Devia-se dar prioridade à resolução dos problemas das pessoas. Estamos num país democrático, o PS defende a democracia, por isso tenho direito às minhas questões e às minhas dúvidas e agradecia ser esclarecida.

Em relação à intervenção do Senhor por causa do lixo, concordo perfeitamente e isso é uma questão de cidadania ou nas escolas.

Sou asmática crónica e deixei de ser seguida no hospital por causa da pandemia. Quando se ouve dizer que o Sistema Nacional de Saúde é eficaz e é competente, eu confirmo e confio plenamente em quem lá trabalha, mas tenho graves dúvidas a quem o governa. Diz-se que foi muito capaz e muito competente para fazer face à pandemia, mas para ser competente para isso teve que deixar todos os outros problemas para trás. Enquanto asmática crónica, deixei de ter os meus seguimentos no hospital. O meu filho mais novo tem autismo não verbal, a minha voz aqui hoje é a voz dele, porque acerca de três anos, provavelmente um pouco antes de ter iniciado esta vaga pandémica, ele deixou de ser seguido. Por isso, quando oiço dizer que o Sistema Nacional de Saúde funciona muito bem, eu acredito em quem lá trabalha, porque sempre que me dirigi lá fui sempre muito bem atendida, mas há qualquer coisa que está a falhar aqui, porque o meu filho não tem seguimentos, para o seu autismo severo não verbal, com 15 anos regrediu toda a aprendizagem adquirida que tinha tido e as consultas faz com que não haja receitas, faz com que eu tenha que pagar a medicação sem a comparticipação, porque depois os médicos não conseguem dar resposta, porque está tudo virado para a pandemia. Tem que haver aquilo que já é falado há alguns anos “O hospital tem que ser a prioridade”. Sei que existem muitas realidades, mas a saúde tem que ser a primeira, porque sem saúde não podemos fazer mais nada da nossa vida.

Gostava de saber se algum dos deputados ou a Câmara Municipal, o que é que poderá fazer em relação a melhorias no hospital, porque precisa de mais pessoas, mais meios e de muita atenção de quem compete.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção sobre estas observações, de que esta assembleia extraordinária foi convocada especificamente para debater a situação do Sistema Nacional de Saúde no concelho de Setúbal, tanto nas infraestruturas como nos meios. A intenção é esta e vamos fazê-lo assim que terminar este período de antes da ordem do dia.

Carlos Nunes – Sou um cidadão muito recente em Setúbal, tenho 59 anos e defrontei-me hoje mesmo com uma realidade. Não sei se alguns de vocês já foram ao Gabinete do Empresário no Mercado do Livramento. Tenho um projeto de negócio que julgo que é capaz de ser importante para a câmara e para todos os cidadãos de Setúbal. Uma vez que se trata de uma “Startup” dirigi-me ao Ninho de Empresas e para espanto meu ao contactar com uma das funcionárias fiquei a saber que os preços que são cobrados no ninho de empresas que é suportado pela Câmara de Setúbal são mais caros do que um “Cowork” em Lisboa. Significa

que são 150,00€, não sei até que ponto é que isto é viável para quem quer fazer o ninho de empresas. Para além de achar que isso é injusto da parte da Câmara, porque está a impedir o desenvolvimento empresarial e Setúbal precisa de emprego e precisa de ideias novas, também acho que é de uma exorbitância todos os custos associados, quando depois vimos noutras situações em que é dado coisas gratuitamente a outras pessoas. Não sei como é que é feita a gestão na câmara, sou um estreante em Setúbal, mas presumo que a câmara terá que pensar seriamente e como estamos a desenvolver projetos na área digital, em captar ou solucionar o problema de uma incubadora para pessoas novas, para novas *“Startup”*. Quando refiro a Startup com pessoas novas, temos que arranjar uma solução em que os custos sejam gratuitos, não há necessidade nenhuma de coisas que são financiadas com fundos europeus, estarem a cobrar a jovens ou iniciativas empresariais novas, rendas na ordem dos 150,00€ quando em Lisboa, em Arroios e outros sítios do género e estamos a falar em situações privadas, cobram 130,00€. Nas Torres em Lisboa pagam 180,00€, através da Regus.

Gostaria de perceber o que se passa com a antiga gare que agora está devoluta, se aquilo é propriedade da Câmara Municipal ou se já está adjudicada nalgum negócio a privados ou públicos ou para alguma reestruturação? Custa-me muito ver um edifício daquela grandeza no centro de Setúbal completamente a deteriorar-se. Mais dia, menos dia, começam por surgir alguns *“grafites”*, vidros partidos, posteriormente vão ter pessoas a morar lá dentro e depois tem que as retirar e dar-lhes casas novas. Têm que ter em atenção àquele edifício e gostava que o Presidente da Câmara respondesse sobre o que é que se está a passar com aquele edifício, se há projeto, se há proposta, se é da câmara ou se é de privados, de forma a que se possa revitalizar o edifício antes que fique totalmente deteriorado.

Gostava muito que o executivo comesse a olhar do centro de Setúbal para a parte da Arrábida, mas também comesse a olhar do centro de Setúbal para a parte da zona industrial que está moribunda e está completamente abandonada, toda aquela parte das instalações da Renault. Gostaria de saber se há alguns projetos de investimento, se querem alguns investidores para a área, se querem desenvolver Setúbal ou se querem deixar continuar Setúbal exatamente como está.

Manuel Fernandes (PS) – Quero agradecer em nome do Partido Socialista pelas intervenções do público. São questões importantes que levantaram, houve algumas que me ficaram na memória e há uma que eu gostaria de replicar, porque tenho acompanhado desde o início enquanto deputado municipal, assim como tantos outros nossos colegas. Peço desculpa de não ter retido o nome da primeira interveniente, que falou em nome de Azeitão, criticando a obra das rotundas. Gostaria de recordar que em 2016 foi apresentado o Plano Estratégico para Setúbal, pela empresa de Augusto Mateus e, nessa apresentação houve a oportunidade de o próprio Augusto Mateus ter colocado esse problema das rotundas e recordo-me da pergunta que fez, *“As rotundas são bonitas, mas temos que perceber para que servem?”*. Há um problema de mobilidade, toda a gente o consegue identificar e há um problema que foi identificado pela nossa concidadã sobre alguns problemas que acontecendo em Azeitão não deixam de acontecer também no centro da cidade. Gostaria de recordar que foi apresentado, penso que em 2019, o Plano de Mobilidade para Setúbal, sendo que ele foi feito à posteriori, após terem sido construídas as rotundas, o que fez com que as construções das rotundas acabassem por ser uma mera formalidade para dar sequência ao Plano de Mobilidade. Esse problema foi identificado pelo Partido Socialista em determinada altura numa sessão da Assembleia Municipal, grande parte dessas obras já estão feitas e esses problemas estão a causar algum transtorno aos cidadãos.

Gostaria de dirigir-me ao executivo, dentro daquilo que é humanamente possível e olhando para o futuro, tentar reparar aquilo que de alguma forma poderá ser reparado, tentando mitigar os danos que possam ser causados aos cidadãos, principalmente automobilistas e tentar melhorar no futuro aquilo que foi identificado pela cidadã.

Nuno Carvalho (PPD/PSD) – É fundamental termos esta preocupação no que diz respeito à mobilidade. Nas duas circunstâncias, quer naquilo que é a abrangência que tem que ocorrer, sendo que esta abrangência refere-se não apenas dentro do concelho, mas também com outras ligações, como já várias vezes foi mencionado em diferentes órgãos do município, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal.

As nossas próprias ligações a outros concelhos também são bastante importantes, como é o caso de Grândola fluvial, como é o caso da ferroviária pela Fertagus, que são problemas de outra dimensão e que escapam àquilo que é competência da Área Metropolitana de Lisboa, porque era necessário haver uma dotação orçamental diferente, mas também daquilo que é a mobilidade dentro do concelho que é fundamental olharmos com atenção. Esta oportunidade que temos para aquilo que seja o crescimento das carreiras que este concurso público internacional lança, deve ser aproveitada. Lanço novamente o desafio ao Senhor Presidente, se quiser pode ir sem mim, vamos separados, mas tal como disse aqui esta município, vamos olhar para este problema para fazer com que o crescimento daquilo que são as carreiras das ligações a nível de transporte comece onde são mais necessárias. Estes três exemplos que lhe dei a nível das freguesias que não estão na cidade, Azeitão, Sado e Gâmbia, são três bons sítios para começar a analisar e creio que vamos encontrar muitas prioridades.

Rui Lamim (PPD/PSD) – É sobre uns comentários que ouvimos aqui do público sobre as árvores e sobre as infestantes e uma observação que temos a fazer relativamente ao funcionamento da Câmara Municipal de Setúbal no que diz respeito à gestão do espaço arbóreo da cidade. Efetivamente devem ser utilizadas as espécies locais. As árvores em meio urbano e esta é uma Assembleia Municipal destinada a tratar de saúde, as árvores em meio urbano é também uma questão de saúde. Mas havemos de voltar a falar aqui em breve.

Presidente da Câmara – Queria em primeiro lugar saudar a vinda dos munícipes à Assembleia Municipal, porque é sempre uma oportunidade para nós identificarmos os problemas que a população deste concelho identifica e é uma forma de podermos tomar nota e ver como ultrapassar os problemas que são colocados ou então de fazermos os esclarecimentos devidos.

Relativamente às questões que foram colocadas sobre Azeitão e começando pelos transportes públicos em Setúbal e Azeitão, trata-se de uma concessão que foi feita a uma empresa e essa empresa faz o serviço de transporte público no nosso concelho e essa concessão não depende da Câmara Municipal. A Câmara Municipal faz propostas, sugestões, para que se resolva os problemas que possam ir surgindo, que se tenham em conta o cumprimento dos horários, da passagem dos autocarros nas paragens, para que as carreiras sejam mais frequentes, para que se considere a possibilidade de novas carreiras para servir determinadas situações, em que os municípios ou os serviços da Câmara Municipal verificam essa necessidade, mas a concessão é feita através do Ministério competente. O que temos assistido ao longo de muitos anos, foi um completo desinvestimento, um completo abandono por parte de vários governos relativamente à importância dos transportes públicos no município de Setúbal e um pouco por todo o país. Como certamente tiveram oportunidade de ouvir o que eu disse há pouco o senhor deputado do PSD, a situação degradou-se de tal maneira que o próprio Governo do PSD e do CDS, na altura em 2015, não assumindo as competências e responsabilidades que lhe cabem, transmitiu essa responsabilidade para as autarquias e a Autoridade Metropolitana de Transportes transferiu-a para a responsabilidade da Área Metropolitana de Lisboa. Foi através desse processo que os municípios organizados na Área Metropolitana Lisboa tomaram a decisão e assumiram a responsabilidade de uma visão global, considerando as especificidades de cada um dos municípios e do seu território e lançaram esses concursos. De acordo com os concursos estava previsto os autocarros começarem a funcionar no mês de setembro, no entanto, é preciso que as regras sejam cumpridas, havia que obter um visto do Tribunal de Contas para que os contratos fossem dando andamento e a sua aceitação em termos públicos. O Tribunal de Contas apenas deu visto em agosto de 2021, nos termos do caderno de encargos, desses contratos, os operadores têm dez meses, depois de lhes ser entregue essa responsabilidade para iniciarem a operação. Por isso só está previsto que no dia 1 de julho de 2022, os operadores têm obrigação, nos termos do caderno de encargos, de iniciar essa operação. Em Setúbal está previsto, de acordo com a informação que tenho, poderá vir a ter os autocarros no mês de junho, porque o consórcio que ganhou o concurso para Setúbal e outros municípios deste conjunto têm essa possibilidade. Virão autocarros novos de acordo com um levantamento que foi feito, já há três anos atrás, das necessidades das carreiras, em todo o concelho, incluindo a Gâmbia e Azeitão. Tudo isso está previsto para que no próximo mês de junho irá entrar em funcionamento e nessa altura os municípios assumem essa responsabilidade, que até agora não têm. Posso garantir-vos que os

serviços municipais recebem reclamações dos munícipes e têm-nas transmitido ao longo dos anos a quem tinha esta responsabilidade e que não fez nada. É lamentável dizer isto, porque eu represento aqui uma entidade da Administração Pública. Custa-me também estar aqui a fazer estas críticas, a um outro nível da Administração, que é a Administração Central, mas, em determinados momentos é necessário que as responsabilidades sejam devidamente assumidas por cada um. Conhecendo esta realidade, o problema dos transportes públicos no nosso município, quando chegar esta oportunidade teremos esses transportes a funcionar, naturalmente que depois poderá haver sempre ajustamentos de acordo com a intervenção dos munícipes, na ligação com as Juntas de Freguesia, com a Câmara Municipal e os técnicos que hão de acompanhar o desenvolvimento destas operações.

Relativamente à questão da rotunda, no cruzamento da Estrada Nacional 10, com a Rua de São Gonçalo, esta é uma iniciativa em termos de visão e de planeamento municipal, que resulta de um contrato de urbanização que a Câmara Municipal fez com um particular, que ficou com a responsabilidade da construção daquela rotunda. A responsabilidade da Câmara Municipal tem que ver com o planeamento que tem vindo a fazer no território ao longo destes anos. O particular que ficou com esta responsabilidade, contratou uma empresa da especialidade para elaborar um projeto, os serviços municipais acompanham esse trabalho, mas quem decide são as Infraestruturas de Portugal, porque se trata de uma estrada nacional. As Infraestruturas de Portugal são drásticas na forma como decidem o que consideram que são os regulamentos das estradas nacionais e que nada pode ser posto em causa e têm de obedecer rigorosamente àquilo que eles determinam. Aquilo que é a rotunda, a sua localização, as suas ligações, têm a ver com um projeto que foi aprovado e dirigido pelas Infraestruturas de Portugal. Sei que durante o início da obra, alguns munícipes terão contactado os serviços do município e que algumas questões que foram levantadas terão sido transmitidas às Infraestruturas de Portugal e também sei que houve alguns acertos relativamente às ligações da rotunda às vias que as populações utilizavam numa situação anterior. No entanto podemos, em conjunto com quem tem essa avaliação, os munícipes que utilizam e que observam estas situações e com os nossos técnicos, observar as situações e ver ainda se há alguma possibilidade de haver alguns ajustes relativamente a algumas questões.

O problema da circulação na Estrada Nacional 10 e naquele troço desde a entrada em Azeitão até Vila Nogueira, é um troço que está altamente congestionado e não é de agora, é uma situação que existe há vários anos e ultimamente se vem agravando, até por força de haver cada vez mais municípios a terem residência em Azeitão e na área envolvente. O problema há de agravar-se ainda mais, porque não foram criadas atempadamente as condições para resolver este problema, sendo ele do conhecimento e dos estudos que as Infraestruturas de Portugal fazem, mas nas estradas nacionais. Certamente que esses estudos hã de ter dado ao longo dos anos indicações de que esta situação iria acontecer e que tem tendência a agravar. Fez-se uma ligação de uma variante, a chamada variante de Sesimbra, que liga à Estrada Nacional 10 e que é praticamente um beco sem saída, porque no Plano Diretor Municipal de Setúbal tem uma previsão de fazer uma via, que parta dessa ligação, de uma rotunda que também já está construída na Estrada Nacional 10, que havia de levar o tráfego a sair na Estrada Nacional 369, para lá de Vendas de Azeitão. Essa via canal está no PDM de Setúbal desde 1994, e quem durante anos licenciou as urbanizações naquela zona não teve em conta a dimensão do canal. O que temos hoje em presença é um canal muito mais estreito e que não é alternativa a esta situação que se vive na Estrada Nacional 10, como inicialmente podia ter sido. Continuamos a fazer negociações com novas urbanizações, mas relativamente àqueles que estão consolidadas, temos muita dificuldade em ver alterações. Quando foram feitas essas urbanizações não foi negociada a cedência para o município do espaço canal, significa que a Câmara Municipal para realizar essa via ainda terá de expropriar e comparar esse espaço canal em grande parte do troço. A situação é grave na circulação na Estrada Nacional 10, naquele troço em particular, mas a tendência é para se agravar, porque temos essa previsão de que mais cidadãos se hão-de instalar em Azeitão, porque as urbanizações continuam a ter capacidade para receber mais pessoas, no entanto estamos a assumir em requalificar a Rua de São Gonçalo que faz a ligação à Coca-Cola, mas nunca será sempre a via de grande escoamento que é necessário encontrar como alternativa àquele congestionamento que já hoje existe na Estrada Nacional 10.

Peço desculpa, há outras questões que gostaria de responder, as questões da Saúde terei oportunidade de falar sobre elas mais tarde.

Presidente da Mesa – Terminou o seu tempo Sr. Presidente.

Presidente da Câmara – Peço imensa desculpa Sr. Presidente, mas há um senhor munícipe que colocou a questão da empresa, pedia-lhe para me aguardar um pouco até ao final da reunião, terei oportunidade de falar com o senhor, porque há algum equívoco na informação que lhe foi dada.

Presidente da Mesa – O senhor deputado Nuno Carvalho já pediu a palavra, já houve resposta dos deputados e da Câmara, temos ainda uma reunião extraordinária para começar. Na realidade estamos a exceder, não estamos a marcar os tempos muito a rigor, mas temos de ter em conta que convocámos esta assembleia extraordinária para discutir a saúde.

Nuno Carvalho (PPD/PSD) – Senhor Presidente vou ser construtivo não se preocupe. Sobre a questão da concessão que é muito importante e que as pessoas vieram fazer uma pergunta, é fundamental concretizar a seguinte informação. Setúbal está incluída no Lote 4 da Área Metropolitana de Lisboa, num total de 111 linhas, aos quais vão acrescer 21 linhas, há a oportunidade de crescer linhas para Azeitão, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, é evidente que isto é um processo que demora, mas é totalmente compatível. Esta Assembleia Municipal terá que dar resposta às pessoas, mais concretas. Isto é um concurso que não depende do Governo, depende desta congregação de municípios e a decisão fica na Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa. O concurso está lançado e tal como disse o senhor Presidente, há mais 21 linhas novas e esta Assembleia Municipal e a Câmara Municipal devem defender e pugnar, para o que faz falta em Setúbal possa estar incluído. Esta informação é muito mais clara, perdoe-me senhor Presidente, mas era fundamental dizer isto e creio que não está em desacordo comigo.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Votação da Ata da primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de 08/10/2021

Não havendo intervenções foi o projeto de ata submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Deliberação n.º 02A/2021/AM – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia efetivo e de um suplente, para o XXV Congresso da ANMP

Votação Secreta Efetivo: Nuno Costa (Presidente da JF S. Sebastião)

SIM: 31

NÃO: 2

Branco: 5

Nulos: 0

Votação Secreta Suplente: Rui Canas (Presidente da UF Setúbal)

SIM: 29

NÃO: 2

Branco: 7

Nulos: 0

Aprovado por maioria e em minuta, conforme registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

3. Deliberação n.º 03A/2021/AM – Proposta Delib.CM n.º 06A/2021 – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

Flávio Lança (IL) – Esta proposta que é colocada aqui à votação propõe uma alteração ao Orçamento da Despesa do Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento de Despesa que se resume em aumentar a despesa em 2,4 milhões de euros para a recuperação da ala norte e nascente do Convento de Jesus, reduzindo, em contrapartida, as verbas como na distribuição da água, nos arruamentos e outras obras de investimentos.

Consideramos, efetivamente, que o Convento de Jesus é um património de elevado valor, é muito valor histórico do passado, do presente e do futuro, mas neste momento quando olhamos para esta proposta temos aqui algumas dúvidas relativamente ao que é que se vai deixar de investir. Estamos aqui a falar, não sei se, construção de novos tubos de água, saneamento, e era algo que gostaríamos de ver esclarecido.

No investimento, que estamos a falar, no Convento de Jesus, queríamos também ser esclarecidos relativamente ao que é que se pretende fazer, porque já verificámos que no passado recente a frente do Convento de Jesus foi empedrado, depois deixou de ser empedrado e passou a ser jardinado e é sobre dinheiro que estamos aqui a falar e que gostaríamos de alguma maneira ficar esclarecidos. Já fizemos esse pedido, o Presidente logo prontamente fez esse pedido de esclarecimento e recebemos a informação às 15h00 de hoje e fizemos um esforço de ver os números, mas não tivemos oportunidade de esclarecer com detalhe. Em todo o caso, estas questões não nos davam para esclarecer com a informação que nós recebemos e era sobre isso que pedia esclarecimento, qual é o motivo que levou à necessidade do aumento deste orçamento, porque estas obras já vêm detrás e já estavam orçamentadas e, especificamente, o que é que pretendem realizar.

Depois, concretamente, quais são as despesas e investimentos que se vão deixar de fazer na cidade para ser possível fazer estas obras de recuperação. No saneamento sabemos que há aqui algumas freguesias que ainda não têm saneamento, e se isto irá implicar alguma questão.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – O deputado anterior já indicou, também, aqui algumas das dúvidas que suscitou esta 5.ª alteração modificativa ao orçamento da despesa, no entanto não podemos deixar de comentar que, com todo o valor que nos merece e o investimento que deve ser dado à manutenção do nosso património, mas, de acordo com a legislação, as alterações orçamentais devem ser um instrumento de gestão que se deve utilizar com alguma parcimónia, nomeadamente quando estamos perante despesas que são inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas. No caso, parece-me, e daquilo que já leva algum tempo a empreitada e o projeto de recuperação do Museu de Setúbal, Convento de Jesus, esta não era, de certeza, uma despesa que não tivesse sido prevista ou, neste caso, só podemos entender que tivesse sido insuficientemente dotada.

Consideramos positivo a clarificação das designações orçamentais, claro, por face daquilo que é a lei e não, possivelmente, por iniciativa dos próprios serviços camarários e estamo-nos a referir à retirada da designação “outros”, que é sempre recomendável que não se coloque, com a identificação em obras de bibliotecas e museus e também a retirada ou a substituição da designação “instalações desportivas e culturais” por aquilo que efetivamente vai ser o uso do dinheiro público, que é a reabilitação do Convento de Jesus e do seu museu.

Agora, sem dúvida, negativo a diminuição do valor para as redes de distribuição e saneamento, cuja diminuição foi orçada no valor de 785 mil euros. É significativo, especialmente ainda hoje, quando se assinala o Dia Mundial do Saneamento.

É do conhecimento de todos, que existem graves carências no nosso concelho a este nível e por isso solicitamos, para além da clarificação da retirada de verbas, que seja integrada em sede do próximo orçamento a verba destinada àquilo que é necessário fazer-se em termos da nossa rede de distribuição e de saneamento.

João Luz (CDU) – Apenas um comentário para recordar a assembleia. Porque julgo que é útil e é preciso neste momento, quando estamos a discutir estes valores, estamos a discuti-los por algo, estamos a discuti-los nesta assembleia por um motivo. O motivo único, pelo qual estamos a discutir aqui esta alteração orçamental, tendo em conta até aquilo que foi agora dito da parcimónia, na utilização das alterações orçamentais, se calhar, foi isso que justificou, foi o facto de sucessivos governos não terem cumprido aquilo que era a sua obrigação e as suas competências em relação ao Convento de Jesus. É por isso que aqui estamos a discutir esta alteração orçamental.

Vereador Carlos Rabaçal – Esta alteração orçamental é uma alteração que visa viabilizar uma obra que podia ter arrancado em 2020, mas não arrancou porque o Tribunal de Contas nos atrasou de uma forma tremenda o visto. Corresponde à terceira fase e última fase do Convento de Jesus em relação ao edifício e corresponde à conclusão de obra pública no edifício do Convento no seu todo, ficando só uma intervenção para fazer na área do edifício de apoio, mas que não é do edifício histórico.

Temos um problema com a empresa por esse atraso do visto do Tribunal de Contas, o que já veio fazer com que a empresa viesse pedir uma indemnização, felizmente a jurisprudência em relação a esta matéria, em relação à fase de adjudicação e à fase de início de obra, porque já passou um ano desde a adjudicação, diz que havendo o Tribunal de Contas envolvido, esse pedido de indemnização não faz sentido. A empresa esteve mesmo para abandonar a obra, o que na atual situação, com os preços a subir, um novo procedimento envolvendo esta obra iria sair por valores superiores àqueles com que ela foi concursada, seguramente, e iríamos perder os fundos comunitários.

É uma décalage no avanço da obra que nos obrigou a fazer uma alteração orçamental ao orçamento plurianual, visto que temos que remeter para anos posteriores, em termos orçamentais e em termos plurianuais, os investimentos que iríamos fazer nos anos anteriores. Creio que é uma operação simples para viabilizar o andamento desta obra e garantir que o Convento de Jesus finalmente esteja totalmente recuperado.

Não tenho qualquer outra razão e esta décalage do tempo tem a ver com o visto do Tribunal de Contas. Como houve décalage no tempo e não se tinha previsto para tão longe, em termos plurianuais, o orçamento e o próprio Tribunal de Contas diz que demorou muito tempo, mas agora têm que prover de dinheiro os anos seguintes, se não, não pode dar o visto.

Esta alteração visa garantir que haja visto do Tribunal de Contas para que a obra possa arrancar, é só para isso que serve e para mais nada.

Presidente da Câmara – Só para dizer que esta alteração não tem impacto ou influência nas obras que estão referidas, porque a alteração refere-se ao orçamento plurianual e tem efeitos naquilo que estava previsto nos anos de 2022. O orçamento para 2022 ainda está em elaboração e não terá impacto nessas obras por este facto.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – É obvio que sendo um plano que apenas transfere dinheiro, mas é dinheiro que não foi aproveitado doutras verbas e a minha pergunta é sobre que obras, a nível de saneamento básico, nomeadamente abastecimento de água e saneamento, o que é que se deixou de fazer para sacudir esta transferência.

Por outro lado, pedia que elencasse quais as obras desse mesmo investimento de águas e saneamento que não se encontra explícitas e que deixam de se fazer. Gostava que no próximo Plano de Investimentos e Orçamento descrimissem as ruas onde se vai fazer e que não fique nos outros ou nos prolongamentos das redes, que haja maior rigor nos investimentos em cada local onde se vai fazer as obras.

Vanessa Silva (CDU) – Julgo já ter sido sobejamente referido, mas sublinhar que estamos no âmbito do Orçamento Plurianual e estamos a fazer referência a um orçamento que não está sequer em execução, é meramente uma previsão para os anos vindouros. Não se trata de não realizar a obra que está prevista, mas apenas nos anos vindouros fazer um acerto que será naturalmente gerido no quadro do Orçamento Municipal a ser aprovado pelos órgãos no próximo ano.

Aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra da IL e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN. conforme registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O deputado único na Assembleia Municipal de Setúbal da Iniciativa Liberal, declara que vota contra a proposta nº 2A/2021/DAF/DICONT – 5ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa e 5ª ao plano plurianual de investimentos, em virtude de não terem sido disponibilizados elementos suficientes e essenciais para uma tomada de posição consciente. A Camara Municipal de Setúbal propõe uma alteração ao orçamento de despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos que se resume em aumentar a despesa em 2,4M€ na recuperação da ala norte e nascente do convento de Jesus, reduzindo as verbas em itens de relevante e urgente interesse social, como redes de distribuição e saneamento, requalificação e urbana e intervenções em outros pontos culturais, bem como no acionamento de garantias. A Iniciativa Liberal, considera o Convento de Jesus um património de elevado interesse para o município e um legado histórico do passado, presente e para o futuro que deve ser conservado, mas não está em condições de validar uma transferência de orçamento avultada sem determinar qual o impacto real nas rubricas cessantes, bem como determinar exatamente quais são esses elementos. Dada a importância deste assunto, pedimos por email, esclarecimentos adicionais ao excelentíssimo presidente da mesa da assembleia, que de imediato deu seguimento ao pedido, mas o qual não teve resposta até ao momento. Reforçamos mais uma vez que é fundamental para uma tomada de decisão consciente os seguintes esclarecimentos: 1. Qual o motivo que levou à necessidade de incrementar o orçamento para a Recuperação do Convento de Jesus – Alas Norte e Nascente e que obras especificamente se pretendem realizar; 2. Quais são concretamente as despesas ou investimentos que se deixarão de realizar para ser possível fazer as obras de recuperação do convento de Jesus. Mais se reitera que a abstenção se deve à falta de elementos essenciais que obstem a uma tomada de posição consciente e responsável, e não diretamente à requalificação de um bem bastante importante e estimado da nossa cidade. A IL rege-se por critérios de máxima transparência nas relações com o erário público, pelo que estes temas merecerão sempre da nossa parte uma exigência adicional de transparência.”* (conforme documento arquivado em pasta anexa registado sob o n.º 13).

4. Deliberação n.º 04A/2021/AM – Proposta Delib.CM n.º 32A/2021 – Atualização da Estratégia Local de Habitação do Concelho de Setúbal

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Relativamente a esta atualização que nos é proposta, é possível elencarem exatamente o que é que está aqui em causa antes de analisarmos toda a estratégia global. Qual a alteração que se reporta esta aprovação?

Gostava ainda de colocar meia dúzia de questões, existe parecer do Conselho Municipal de Habitação sobre esta alteração ou mesmo à estratégia inicial e se esse parecer foi distribuído?

Pergunto se há a carta de habitação para o concelho já elaborada? Se existem estudos e soluções para a localização de fogos, consoante o seu destino e análise e os seus impactos sociais e outros, se já podem anunciar?

Parece-me, também, não existir na Estratégia apresentada um envolvimento do setor cooperativo e privado para a construção da habitação, tarefa hercúlea, que a concretizar-se nos próximos dez anos.

Como estão integrados, nos trabalhos das empreitadas a decorrer, as melhorias da eficiência energética em edifícios de habitação social em alguns dos bairros.



Não se observa nesta estratégia qualquer mecanismo de apoio às rendas para a habitação dentro do perímetro das ARU's de Setúbal e Azeitão como forma de repovoarmos o Centro Histórico da cidade, ajudando a revigorar a economia local, nomeadamente o Comércio Tradicional, a Baixa de Setúbal e de Azeitão.



Manuel Fernandes (PS) – Permita-me começar a intervenção por cumprimentar a nova detentora do pelouro da habitação, a Sra. Vereadora Rita Carvalho, era previsível que a pasta mudasse de mãos, tendo em conta aquilo que foi o mandato anterior e desejar-lhe, desde já, os meus cumprimentos e, obviamente, uma satisfação por um excelente trabalho que todos esperemos que venha a acontecer.

Como todos sabemos, foi aprovada a Lei de Bases da Habitação na Assembleia da República com os votos contra da direita, PSD e CDS, todos os outros partidos votaram a favor. Tem dois pilares essenciais, que todos devem ter acesso à habitação é um deles e a requalificação do património do Estado, principalmente aquele património devoluto, é um outro dos grandes pilares da Lei de Bases da Habitação.

Quando falamos da Estratégia Local de Habitação, temos que enquadrar naquilo que foi a aprovação da Lei de Bases e a sequência foi a nova geração de políticas de habitação aprovadas pelo Governo do Partido Socialista.

São três grandes pilares, como todos nós sabemos, é o 1.º Direito, em que as autarquias fazem um diagnóstico, ele está aprovado desde 2018, o arrendamento acessível que é uma outra área de intervenção na nova geração de políticas de habitação e o arrendamento emergente e transitório que constitui uma outra área de intervenção. Todos eles, mais recentemente ou à posteriori, depois de terem sido criados estes programas tiveram a intervenção do Plano de Recuperação e Resiliência e todos eles vão ser financiados pelos Fundos Comunitários. Aí a autarquia setubalense tem a grande oportunidade que sempre pediu, que sempre exigiu de terem em atenção, e é isso que leva a que o Partido Socialista não vote contra, como nunca votou contra desde o início da apresentação desta estratégia, por muitas críticas que tenhamos e temos, por muitas discordâncias que temos identificado para com a estratégia.

Quando se aplicam, e é previsível aplicar na área da habitação no concelho de Setúbal tão necessitado, cerca de 297 milhões de euros até 2030, obviamente que não se pode votar contra uma proposta que, ainda assim, por deficitário ou redutora que ela seja, visa responder às carências ou grande parte das carências identificadas.

Ainda assim, cumpre-me dizer que a Estratégia Local de Habitação, em princípio não era prioritária para o executivo da CDU, aliás há várias intervenções do ex-vereador Carlos Rabaçal, que está aqui presente, no sentido de menosprezar e até de desprezar a Estratégia Local de Habitação e a nova geração de políticas de habitação do Governo, depois passou a ser uma opção do executivo e em campanha depois passou a ser uma bandeira de campanha da CDU para o executivo. Primeiro estranha-se, depois entranha-se e agora, permitam-me, ama-se esta opção.

Setúbal é o exemplo de um concelho urbano, onde faltam as habitações para responder às necessidades da população, por isso é mais um daqueles concelhos com carências enormes naquilo que são as respostas da habitação para os vários públicos. O primeiro diagnóstico que temos, data de setembro de 2020, foi-nos aqui apresentado na altura da apresentação da estratégia, e esse diagnóstico carece de duas grandes lacunas, em nosso entender, é pouco fundamentado, é assente nos pedidos de habitação da Divisão de Direitos Sociais e da Habitação Pública Municipal, tem dados antigos, como é o caso da relevância que foi mencionada à data assente nos Censos de 2011 e carece, então, de uma resposta redutora. Não é apelativa ao contributo do setor privado, podendo criar um pacote fiscal de incentivos àquilo que foi sempre proposto desde o início pelo Partido Socialista, coisa que o executivo desta câmara nunca colheu. Em nosso entender, seria mais uma das respostas que é permitida dentro do que é considerado o âmbito da nova geração de políticas de habitação e trazer o setor privado ao contributo dessas respostas, através de um pacote fiscal que incentivasse e que apelasse à sua contribuição.

Todas estas alterações que têm sido feitas, até agora, nunca entenderam acolher estas propostas do Partido Socialista, ainda assim, são propostas que respondem, como disse há pouco, de alguma forma a algumas das lacunas encontradas no nosso concelho.

Esta proposta pretende atualizar a Estratégia Local de Habitação anteriormente aprovada face à aplicação do PRR, sendo as respostas para as situações urgentes e temporárias que serão agora financiadas pelo PRR e por isso merecem esta necessidade de aprovação deste documento. Mas a resposta de habitação de Setúbal, e é do conhecimento público porque foi tornado público através até da comunicação social, reduziu 106,5 milhões de euros desde fevereiro até então. Antes das eleições autárquicas era 404 milhões a proposta da política de habitação para o concelho, depois das eleições ela reduziu a 297,5 milhões.

A consequência é aquilo que nos prende e aquilo que nos trás aqui colocar algumas questões, como é o caso da redução na renda apoiada em duas operações que estão mencionadas no documento que vamos aqui votar e importa questionar quantos fogos são a menos, quais são esses fogos, quantas pessoas são abrangidas por essas reduções de operação e quem é que vai ficar sem a resposta no concelho.

Existe uma redução, também, no alojamento urgente e temporário de três para duas operações, quantos fogos estão abrangidos nesta redução e quantas pessoas ficam sem resposta. São respostas que, dada a natureza da redução do impacto financeiro naquilo que é a estratégia do executivo, importa saber, porque são relevantes, e tentar perceber qual a dimensão social e o impacto que tem esta redução do investimento financeiro no pacote de propostas que foram anteriormente apresentadas.

Importa, também, perguntar sobre o que se está a passar na Rua do Eito com o património que foi adquirido pela Câmara Municipal. Gostava de saber se aqueles edifícios ainda estão em vias de ser alienados, uma vez que no anterior mandato foi essa a tomada de decisão que aqui foi dita e assumida pelo executivo. São quatro edifícios, tem lá pessoas hospedadas e o que é que irá acontecer a essas pessoas se esse património for vendido e se essas mesmas pessoas estão abrangidas pela Estratégia Local de Habitação agora aqui revista ou se, pelo contrário, esse património já não vai ser vendido e vai ser incluído na Estratégia.

Flávio Lança (IL) – Relativamente aqui à proposta apresentada sobre atualização da Estratégia Local de Habitação, solicita-se que se considerem automaticamente aprovadas todas as alterações que venham a ser definidas como necessárias até ao montante máximo dos indicadores do número de habitações e do valor do investimento, bem como as que sejam consequência de alterações jurídicas e outras não especificadas. Este é um ponto que é crítico.

A autorização para a aprovação automática e pelo município nas condições indicadas na proposta, implicará autorizar, desde já, sem o escrutínio da Assembleia Municipal até ao montante máximo de 29,7 milhões, isto são os 10% dos 297 milhões inscritos na proposta global.

A Iniciativa Liberal entende que é crítico que os órgãos municipais desempenhem as suas funções em pleno, com total transparência, regendo-se pelas mais apertadas normas de respeito orçamental e o bom uso dos dinheiros públicos.

Concordando, em princípio, que qualquer alteração legislativa regulamentar ou administrativa possa ter a aplicabilidade direta na agora proposta Estratégia Local de Habitação, é importante que o executivo camarário traga a discussão e aprovação da assembleia os tópicos em questão, não havendo um motivo para se adotar um processo diferente no futuro.

Por fim, não colhe na proposta de requerimento, ora apresentada, a utilização de conceitos indeterminados, tais como a alteração significativa ou não imputável, devendo o executivo municipal clarificar os pressupostos e delimitar o âmbito de exclusão da responsabilidade, bem como trabalhar conjuntamente com a assembleia para encontrar a melhor solução para ultrapassar as alterações que vierem a ocorrer.

Para terminar, cabe-me só distinguir aqui o sentido de voto, porque somos favoráveis à atualização da proposta da Estratégia Local de Habitação em cumprimento dos novos requisitos legais, reconhecendo a necessidade de melhorar o parque habitacional de Setúbal, nomeadamente através do apoio financeiro não reembolsável disponibilizado pelo PRR, o que implicará um menor investimento camarário. Mas em sentido contrário não podemos concordar com os pedidos constantes no número 1 e nas alíneas 1 e 2 pelos motivos já referidos relativamente à transparência, tendo em conta o superior interesse dos munícipes de Setúbal e as regras de transparência de participação política dos vários órgãos municipais.

Presidente da Câmara – Começar por dizer que o senhor deputado Manuel Fernandes do Partido Socialista fez aqui uma declaração que é necessário esclarecer, porque disse que a Sra. Vereadora Rita Carvalho era a vereadora da habitação, isso não corresponde à verdade, a Sra. Vereadora tem o pelouro do urbanismo. É necessário que os outros deputados não fiquem equivocados com isso.

Antes de passar a palavra à Sra. Vereadora do Urbanismo, Rita Carvalho, para responder às questões que foram colocadas, dizer que o entendimento que o executivo da CDU tem relativamente à habitação mantém-se, porque ao contrário do que o Partido Socialista defende ou vem defendendo é que a Câmara Municipal deveria fazer mais habitação. O nosso entendimento é um entendimento constitucional de que quem tem a responsabilidade de promover a habitação é o Estado e quando o Estado pretende dialogar com as autarquias e fazer parcerias no sentido de construir habitação, a atual Autarquia de Setúbal, gerida pela CDU, está sempre disponível para ter parcerias com o Estado e fazer habitação.

Era o que queria dizer, porque há muitas formas de dar volta aos problemas.

Vereadora Rita Carvalho – Feito este esclarecimento à atribuição do pelouro, tendo dois outros esclarecimentos base a fazer. Um relativamente aos conteúdos que devem ser considerados na Estratégia Local de Habitação e na Carta Municipal de Habitação, sendo que a Estratégia Local de Habitação é um instrumento que possibilita o acesso ao 1.º Direito/PRR e é neste enquadramento que estamos a trabalhar nesta Estratégia Local de Habitação.

A Carta Municipal de Habitação é, esse sim, um instrumento que prevê os incentivos urbanísticos, muito associado com o PDM (os planos diretores municipais das câmaras). Os incentivos urbanísticos, as imposições junto dos privados, a colaboração com as entidades privadas.

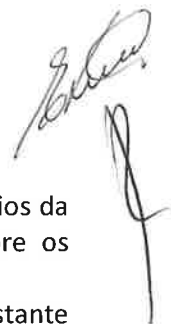
Relativamente a esta Estratégia Local, em particular às alterações que são consideradas, ela é igual à anteriormente aprovada com a retirada da operação da Quinta da Amizade e com a retirada de quatro fogos relativamente aos sem abrigo na Praça do Quebedo. Também está expresso na proposta, e é um trabalho feito em grande articulação com o IHRU, que considera correções e revisões aos valores, fruto do trabalho desenvolvido pela câmara e da elaboração dos projetos com mais rigor e uma verificação mais incisiva e de algumas recomendações de correção de valores introduzidas pelo IHRU. Ela na sua maioria é igual à anteriormente aprovada e a atualização decorrente da evolução dos fundos, nomeadamente do PRR.

Nuno Carvalho (PPD/PSD) – Na prática gostaríamos de voltar a insistir e que pudesse ser especificado um pouco melhor o ponto que foi aqui levantado pelo senhor deputado da Iniciativa Liberal, designadamente o que se refere ao número 1.2, porque este teto de alteração que é atribuído de 10%, tem efetivamente dois pressupostos alternativos, não cumulativos. Um que parece, pessoalmente, razoável, alterações legislativas, regulamentares ou administrativas, mas este ponto 2, alteração significativa dos pressupostos em vigor não imputável à Câmara Municipal, designadamente em caso de indeferimento de candidatura e programas de financiamento ou alterações estruturais das condições de financiamento.

Qual é a razão de isto não ser um procedimento que possa vir à Assembleia Municipal, porquê? Porque esta simples descrição que aqui está, entendo que ela tenha a maior das boas fés, mas em termos práticos retira uma capacidade de escrutínio insignificativo, uma vez que a amplitude de ação que permite é muito grande. Não duvido da boa fé, e percebo a questão da agilização, mas ou tentamos balizar um pouco mais ou então, de facto, a amplitude é enorme. Percebe-se e efetivamente sublinho e entendo que quando estamos a falar até deste programa, os prazos são apertados e temos que ser rápidos, entendo isso, mas a proposta podia ser mais discriminada e como está permite uma amplitude demasiado grande.

Era esta a dúvida que queria colocar para poder explicar um bocadinho melhor este ponto para ver se, de facto, aqui conseguimos ter este entendimento da questão que foi bem levantada por parte da Iniciativa Liberal.

Paulo Lopes (PS) – É sobre este ponto que o deputado municipal, Nuno Carvalho, aqui referiu e que o deputado da IL também referiu e que faz muito sentido que haja uma explicação correta, porque lançou uma dúvida tremenda entre todos os partidos da oposição e mais importante do que o tempo é sairmos daqui cabalmente esclarecidos. Se tivermos que votar em separado esse ponto, que se faça.



Vereador Carlos Rabaçal – Em relação a esta matéria informar que tivemos uma reunião, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (só faltou Almada), uma reunião sobre a questão do PRR e sobre os investimentos na habitação.

A conclusão a que se chegou é que este processo vai ser um processo bastante delicado, bastante complicado. É evidente que neste momento o financiamento a 100% vai ser pelo número muito restrito de fogos, vai ser para os 26 mil fogos, e que a esmagadora maioria dos projetos não vão ser financiados a 100%, que grande parte dos projetos vão ter que recorrer, na mesma, ao 1.º Direito, cujas condições são completamente diferentes dos 100%, são 50% para a reabilitação e cerca de 30% para a construção e por aí fora.

No debate com o IHRU, na construção desta alteração que é motivada em exclusivo pelo PRR, na medida em que Setúbal foi dos primeiros municípios a apresentar Estratégia Local e tê-la aprovada. Foi dos primeiros municípios, porque é sétimo município, e é um dos primeiros municípios a ter contrato-programa aprovado com o IHRU, de 23 milhões para o 1.º Direito. Todos os municípios, como Setúbal, se anteciparam e aprovaram, foram cerca de 30, as suas Estratégias Locais e quando apareceu o PRR tiveram que rever as suas estratégias, todos estão a fazer isso. Ontem na reunião da AML havia seis municípios que têm que rever e vão ter que recorrer à Estratégia Metropolitana para agilizarem essa alteração. Há outros municípios, como o de Setúbal, que já fizeram a alteração e estão também a aprovar as suas alterações, porque se não, não teriam acesso aos valores do PRR.

O que é que introduziu de novo os valores do PRR na nossa estratégia? Introduziu não 8 bairros em reabilitação, mas 13 bairros e introduziu, quer a construção de fogos de renda apoiada, quer o alojamento urgente. São essas alterações que vamos colocar e sem a aprovação desta alteração Setúbal não tem acesso ao financiamento do PRR, tem só acesso ao financiamento do 1.º Direito nas operações que já estavam acordadas. É isso que estamos hoje a tratar.

Esta alteração foi acompanhada quase diariamente pelo IHRU e quem aconselhou colocar este ponto preventivo que aqui está em relação à celeridade e ao âmbito da decisão foi o próprio IHRU. Procuramos por aqui ter uma certa vantagem competitiva, se quiser usar um termo muito em voga, que é a capacidade de agilizar com o IHRU rapidamente os ajustamentos e alterações de processos de financiamento ou ajustamentos de programas. Se não houver essa possibilidade, qualquer variação de uns milhares de euros pode-nos levar a vir à Câmara e vir à Assembleia alterar a Estratégia. Há uma alteração qualquer, mais uns milhares de euros e vem à Câmara e vem à Assembleia alterar a Estratégia e, entretanto, os fundos perdem-se.

Ontem na reunião da AML, a Arq. Ana Pinto, que foi Secretária de Estado da Habitação, de uma forma muito clara disse que de acordo com o aviso do PRR, que é um aviso único e que se vai esgotar quando o dinheiro esgotar, quando acabar o dinheiro, acabou. É assim que o aviso está escrito. Os prazos são trancianos, estamos numa situação em que até 2026 temos que ter as pessoas alojadas a 30 de junho, nem os projetos saíram em lado nenhum. Só para se ter uma ideia, ninguém tem projetos prontos, mas a 30 de junho de 2026 as pessoas têm que estar todas alojadas, dos 26 mil fogos, pelo menos, que estão considerados no PRR.

Também, ontem, na reunião foi colocado esta matéria e ficou claro para todos os municípios, sem exceção, que como o mercado está hoje existem duas situações que vão acontecer, em primeiro lugar, não há empresas suficientes para se fazer as obras, segundo, não há mão de obra, terceiro, não há material, quarto, os custos de referência que estão na base dos apoios são custos que estão a um terço, um quarto e às vezes a um quinto abaixo do que o mercado está a oferecer. É só para se ter uma ideia de que isto não vai ser fácil.

Quem tiver capacidade competitiva e maior agilidade neste processo pode ser que consiga mais ganhos para a resposta aos seus municípios. Estamos empenhados com esta alteração e com esta sugestão que o IHRU nos fez de agilizar. Julgo que o IHRU está a fazer a proposta de incluir este ponto a todas as câmaras com quem está a conversar. Se as outras câmaras colocarem esta hipótese têm uma agilidade de trabalho muito grande, se Setúbal não põe, não tem essa agilidade e trabalha ao ritmo que lhe for possível e resolve os problemas que lhe for possível.



A justificação deste ponto não foi uma ideia, se quer, do Município de Setúbal, não nos ocorreu essa ideia, foi uma proposta do próprio IHRU para que pudéssemos com eles trabalhar mais rápido.

Depois foi colocada aqui uma questão relacionada com a redução da renda apoiada, não há verdadeiramente redução da renda apoiada visto que foi compensada quase integralmente, haverá uma pequena variação de fogos, operação que estava prevista na Quinta da Amizade. O número de fogos, se for ver a proposta anterior e a atual, a diferença é de 20 ou 15 fogos, não sei agora o número exato, porque não tenho aqui a proposta.

Em relação a esta questão deixar claro que há um esforço muito grande de todos os municípios da AML para tentar captar o máximo de fundos o mais depressa, ao ponto de a própria AML ter proposto criar uma Estratégia Metropolitana à qual recorrem os municípios que não conseguem elaborar a sua própria estratégia, podendo apoiar-se nessa estratégia que não soma às locais, é completar. Mesmo em futuras operações, se a Estratégia Metropolitana for mais ágil, podemos ter vantagem e não alterar a nossa, mas inserir as nossas novas propostas na Estratégia Metropolitana. Estão a ser feitos esforços muito grandes, quer para os projetos, concurso internacional para projetos. Está-se a admitir a hipótese de concurso internacional para obras e está a ser feito um grande esforço no qual estamos também inseridos. Nesta fase, para que pudéssemos caminhar, precisávamos mesmo de fazer a aprovação desta alteração, visto que o IHRU está a aguardar esta alteração para acionar os nossos próprios procedimentos, embora esteja tudo acordado com eles não podem fazer nada sem haver uma certidão a dizer que foi aprovado na Assembleia, porque sem a aprovação na Assembleia esta alteração não existe e ficamos com os valores da Estratégia inicial.

Nuno Carvalho (PPD/PSD) – É só meramente para tentar ser construtivo e colocar aqui duas questões, uma ao Executivo e outra à Mesa.

Quanto ao Executivo, agradeço os esclarecimentos que o senhor vereador Carlos Rabaçal deu e ao fim ao cabo confirmou as expectativas que todos já tínhamos das condições do mercado, ainda assim percebendo a sua questão, confesso que gostava que este ponto número 2 fosse mais discriminado. Também não vamos conseguir estar a produzir essa alteração agora, mas há uma alteração que é possível, é que o valor de 10% dá a tal amplitude, pelo menos, quantitativa que é significativa e que são os tais 29 milhões que o senhor deputado da Iniciativa Liberal indicou. Parece-me que se estivéssemos a falar de 10%, estivéssemos a falar de 5%, julgo que essa mesma amplitude se mantém, porque 29 milhões é uma margem muito grande para alterações que dizem respeito a indeferimento de candidaturas ou alterações estruturais de financiamento. É uma margem muito grande e não se consegue perceber o porquê de uma margem tão grande.

Propor essa alteração, se não for possível essa alteração, e agora dirijo-me à Mesa, é a eventual desagregação desta proposta, se é possível ou não remeter essa consideração à Mesa ou à Assembleia, porque aqui estamos a falar de um que tem o ponto 1 e o ponto 2, por assim dizer. Não sei sinceramente se estes pontos são desagregáveis ou não, sei que podemos submeter à consideração da Assembleia o ponto 1 ou o ponto 2 para eventualmente votar de forma desagregada, estes outros confesso que não sei.

Acima de tudo isso resolvia-se se, eventualmente, pudéssemos ver aqui este teto máximo ou se quisessem fazer uma pausa e explicar melhor, mas este valor, de facto, tem uma amplitude muito grande.

Vereador Carlos Rabaçal – Senhor Deputado Municipal vou tentar explicar melhor, não está em causa os 10% da proposta que fizemos, o que está em causa é os 10% de cada operação de *per si* que tenha sido aprovada. Quer dizer que, dos 290 milhões que propusemos, que engloba 100 milhões de atividade privada dos moradores dos bairros que já são privados, e se tivermos aprovados 50 milhões é 10% de 50, se tivermos uma operação que são 30 milhões é 10% de 30 e por aí fora, ou seja é por operação. Significa que a ideia de que há aqui uma margem estranha de 10% sobre 290 milhões, isso não existe exatamente assim, corresponde a 10% de cada operação e cada operação vale o que vale. Temos aqui uma operação do alojamento urgente que são 4 milhões e 800 mil, 10% são 480 mil euros de variação. Digamos que não é assim nesses termos que se coloca a questão e isso coloca a questão da forma certa, são 10% de cada uma

das operações se isso se verificar e é até 10%. Não são questões imputáveis à câmara, são sempre por fatores externos à vontade da câmara, alterações legislativas ou alterações de programas, etc.

Vou dar um exemplo, tínhamos um conjunto de projetos já avançados para a reabilitação, saiu o aviso do PRR, o qual diz que a eficiência energética tem um patamar, o qual vamos analisar se cumprimos os projetos que temos. O próprio IHRU criou uma bolsa de 70 milhões para cobrir essa alteração, porque eles têm a noção exata de que a eficiência energética que vem agora solicitada está muito acima dos parâmetros que habitualmente se tratam. O próprio IHRU criou uma bolsa de 70 milhões para cobrir alterações de projeto em termos de eficiência energética. São variações destas coisas que temos que ter em conta e é algo completamente estranho à câmara que o aviso venha numa dada onda e que desde o início ninguém tenha dito que havia essa perspetiva tão elevada de eficiência energética e que vamos ter que cumprir se não há financiamento para ninguém se não cumprimos as regras que o próprio aviso estabelece.

Era isto que queria esclarecer e tudo isto são variações e alterações que cabem neste ponto 1.

Aprovada por maioria, com 37 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e 1 voto contra da IL, conforme registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O deputado único na Assembleia Municipal de Setúbal da Iniciativa Liberal, declara o seu voto contra à aprovação da proposta nº 13A/ 2021/DURB – Atualização da estratégia local de habitação do concelho de Setúbal, contante no processo nº976/20 e alvo do requerimento nº6415/20, em virtude de: 1. A aprovação automática de alterações que o Município venha a considerar como necessárias sob certas condições implica a autorização para decisões do executivo, sem o escrutínio da Assembleia Municipal, em matérias da sua competência, contantes na Art.º 25.º 1 h) (“Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município”) e Art.º 25.º 1 r) (“Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes do ordenamento do território e do urbanismo”) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro alterada sucessivamente e na sua versão atual da Lei n.º 66/2020, de 04/11. Os limites indicados na proposta ascendem a 10% dos indicadores número de Habitações/Alojamentos (ou seja ~272 habitações as 3722 indicadas para as 20 operações) e do valor do investimento (ou seja, ~29,7M€ do investimento global de 297,05M€ indicado para as 20 operações). Neste sentido mantem-se a IL disponível para cooperar na definição da solução mais benéfica para os munícipes, no entanto a amplitude do objeto do requerimento e valores mencionados pelo proponente merecem especial atenção num contexto que a IL entende ser crítico que o país reger-se pelas mais apertadas regras de transparência, respeito orçamental e bom uso dos dinheiros públicos. 2. Concordando, em princípio, que quaisquer alterações legislativas, regulamentares ou administrativas possam ter aplicabilidade direta na agora proposta da EHL, é essencial que o executivo camarário traga à discussão e aprovação da AM os tópicos em questão, como de qualquer forma o está desde já a fazer com a presente proposta, não se vendo motivo para ter um processo diferente para o futuro. 3. Não colhe, na proposta de requerimento ora apresentada, a utilização de conceitos indeterminados tais como “alteração significativa”, “não imputável”, devendo o executivo municipal clarificar os pressupostos e delimitar o âmbito de exclusão da responsabilidade, bem como trabalhar conjuntamente com a AM para encontrar a melhor solução para ultrapassar as alterações que vierem a ocorrer. Do sentido de voto: Cabe distinguir o sentido de voto: ▪ Em sentido favorável à atualização da proposta da ELH em cumprimentos dos novos requisitos da Portaria 138-C/2021 de 30 de junho, tendo desde logo em conta a necessidade de melhorar o parque habitacional em Setúbal nomeadamente através do apoio financeiro não reembolsável disponibilizado para a Componente 2. Habitação, pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da União Europeia para o período 2021-2026, o que implicará desde logo um menor investimento camarário nos ditos objetivos. 2 ▪ Em sentido contrário, não podemos concordar com os pedidos constantes do nº1 e alíneas i) e ii), pelos motivos suprarreferidos, tendo em conta o superior interesse dos munícipes de Setúbal e as regras de transparência e participação política, uma vez que entendemos ser a Assembleia Municipal o órgão responsável pela fiscalização da atividade camarária, entendimento este que nos parece incluir as matérias alvo deste requerimento. É, pois, vontade do deputado municipal da IL que não seja concedida a aprovação automática das alterações*

supramencionadas, rejeitando a presente proposta na parte em que tal é mencionado.” (conforme documento arquivado em pasta anexa registado sob o n.º 15).

5. Deliberação n.º 05A/2021/AM – A situação do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Setúbal

Isabel Conde (PPD/PSD) – A Constituição da República Portuguesa consagra a proteção da saúde como um dever e como um direito de todos, realizado no nosso país através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral. Neste contexto será responsabilidade do Estado a garantia de acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina e aos cuidados da saúde.

Desde há muito que são notórios os sinais e frequentes as notícias sobre a realidade da saúde em Setúbal, infelizmente, vivenciada por todos aqueles que necessitam e que recorrem aos serviços de saúde no nosso concelho, como todos nós bem sabemos.

Relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal a situação atual atingiu um ponto de extrema gravidade devido a uma crescente escassez de profissionais e, também, à total desadequação das instalações do Hospital de São Bernardo.

Toda esta situação culminou com o pedido de demissão do Diretor Clínico do Hospital e em seguida foram 87 os diretores de serviço e o resto das notícias todos nós acompanhámos e assistimos. Com todas estas demissões tornou-se notória a extrema gravidade da situação da saúde no nosso município.

A insuficiência de respostas aos utentes e a escassez de recursos humanos são um grave problema também existente nos nossos Centros de Saúde. Contra estes factos não existem argumentos e é grave o diagnóstico da realidade que vivemos. Nestas circunstâncias a COVID não serve de alibi.

As anunciadas obras no Hospital de São Bernardo não serão panaceia para todos os problemas, nem os poucos médicos a contratar serão a solução mágica.

Será legítimo questionar o que foi feito para resolver este problema. Retiraram utentes do Hospital de São Bernardo e encaminharam-nos devidamente? Dotaram alguns Centros de Saúde de meios complementares de diagnóstico? Como é que está a obra da construção do Centro de Saúde de Azeitão? Foi criada alguma Unidade Local de Saúde, foi melhorada a rede? Foi seguida uma política positiva de incentivos aos profissionais? A Câmara Municipal, com a transferência de competências que se avizinha, terá uma maior responsabilidade e todo o interesse em resolver estes problemas, os quais são estruturais e que se não forem resolvidos levarão sucessivamente a problemas funcionais neste sistema que de saudável tem muito pouco.

Com a consciência da complexidade da situação e da matéria, bem como consciente das competências desta Assembleia Municipal propomos um acompanhamento de maior proximidade a todo um processo de resolução de situação com o objetivo da promoção e da proteção na saúde dos munícipes de Setúbal. Em momento próprio iremos solicitar, ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento na Saúde composta por elementos de todas as forças políticas e com o envolvimento de todos e também das coligações aqui presentes.

Vítor Rosa (BE) – A pandemia originada pelo COVID veio trazer ao de cima as fragilidades existentes no nosso Serviço Nacional de Saúde. Fragilidades essas, fruto de anos de falta de investimento em tão importante setor do Estado, cujos principais responsáveis são, no nosso entender, os Governos PSD/CDS e PS.

O concelho de Setúbal não fugiu a essa regra, falta de Centros de Saúde, falta de médicos e outros profissionais de saúde, um adiar consecutivo da construção de novos Centros de Saúde para responder à substituição de instalações obsoletas, o caso do Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau ou a falta deles no caso de Azeitão, Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, como exemplo.

A estas lacunas juntam-se promessas eleitorais de médicos de família para todos os utentes, mais e melhores serviços de saúde. A realidade, porém, trouxe outro retrato ao quotidiano dos vários milhares de utentes do nosso concelho e não só, com falhas de respostas que tem vindo a agravar-se e exemplo disso é o Centro Hospitalar de Setúbal, do qual fazem parte o Hospital de São Bernardo e o Hospital Ortopédico do

Outão, que foi criado em 2005 servindo diretamente uma população de cerca de 150 mil habitantes e ainda muito procurado por utentes do litoral alentejano de cerca 100 mil habitantes, oriundos estes de diversos concelhos.

O Hospital Ortopédico de Santiago do Outão, ao longo de décadas alcançou um elevado reconhecimento na sua área de especialização e continua a ser uma referência para todo o território nacional. Este Centro Hospitalar trata vários milhares de doentes com patologias graves e complexas, como é o caso de doentes oncológicos e imunodeficientes com patologias degenerativas de órgãos e sistemas, hepatites crónicas virais, entre outros. Contudo, como é do conhecimento público, vários problemas têm colocado em causa o bom funcionamento desta unidade de referência no distrito de Setúbal. Problemas esses causados pelos constrangimentos sentidos ao nível financeiro e ao nível da incapacidade das próprias instalações a responder de forma mais eficaz.

Esta situação asfixia as potencialidades do hospital e tem, ao longo dos anos, contribuído não só para a acumulação de um défice financeiro crónico, mas também colocando em causa o acentuado desgaste de meios complementares de diagnóstico tão importantes para a capacidade de resposta deste Centro Hospitalar.

O orçamento desajustado à diferenciação de cuidados e população servida e a necessidade absoluta de maiores e melhores instalações são dois desses problemas que tem constrangido o desenvolvimento do Centro Hospitalar de Setúbal.

A carência de profissionais de saúde é sentida de uma forma generalizada, no entanto as áreas da oncologia, da obstetrícia, da ginecologia, da anatomia, entre outros, e da unidade geral de cuidados intensivos e da patologia clínica, a falta de médicos especialistas tem assumido proporções dramáticas.

Por outro lado, observa-se um envelhecimento, em particular dos médicos, sem que tenha havido um necessário rejuvenescimento dos profissionais de saúde. Apesar de um enorme esforço na formação de médicos internos, o Centro Hospitalar de Setúbal tem tido dificuldades na sua fixação, importa por isso que sejam adotadas as medidas de flexibilização de contratações locais que contribuam para fixar jovens médicos que passam, também, pela valorização e dignificação da carreira e pela garantia de condições de trabalho adequadas.

No final da anterior sessão legislativa foi aprovado o projeto de resolução n.º 1304 do Bloco de Esquerda, que propunha ao Governo o aumento do orçamento do Centro Hospitalar de Setúbal de forma a que este correspondesse de modo mais fidedigna à seriação deste Centro Hospitalar, à complexidade das situações clínicas ali acompanhadas e ao número de utentes anualmente atendidos. Era, também, proposto a intervenção no Hospital de Setúbal, não só no sentido de ampliação do Serviço de Urgências, mas também no sentido de ampliar espaços para outros serviços de consultas de especialidades médicas, complementares de diagnóstico e terapêutica, ambulatório e internamento, quer em enfermaria geral, quer em unidades de cuidados intensivos. Garantir que o novo edifício a construir tenha a capacidade de futura ampliação até ao quinto piso, garantia de modernização e de reforço de meios complementares de diagnóstico e terapêutico em todos os setores ou que não faça depender qualquer intervenção da alienação do Hospital do Outão e utilize esta unidade para ganhar ou aumentar a capacidade de resposta ao Serviço Nacional de Saúde em serviço ou áreas de prestação de cuidados carenciados.

A epidemia da COVID-19 evidenciou as insuficiências já limite e a situação recente de rutura nas urgências conjuntamente com todas as outras dificuldades já relatadas, incluindo a demissão do Diretor Clínico e por solidariedade os Diretores de todos os serviços do Centro Hospitalar. A possibilidade de mais demissões, aliada à escassez de recursos humanos já amplamente anunciadas, poderá acarretar consequências extremamente danosas para toda a população abrangida por este Centro Hospitalar, em relação ao qual o Governo não pode passar impune a esta responsabilidade.

Pode aqui o PS lembrar António Arnaut, nós lembramos João Semedo, mas, este documento apresentado hoje pelo PS, limita-se a apresentar um conjunto de números que por si só não tem tido correspondência efetiva na resolução dos problemas. O orçamento desajustado à diferenciação de cuidados à população servida e a necessidade absoluta de maiores e melhores instalações são desses problemas aqui que já referimos. Sobre a desadequação do orçamento vale a pena recordar o que vários diretores de serviço deste Centro Hospitalar escreveram *"A área e o grau de diferenciação que ainda são aplicados na*

contratualização com o CHS já estão muito longe da realidade, número de utentes superior em cerca de 20% ao considerado e grau de especialização muito superior à de um Hospital de proximidade, com várias áreas de diferenciação técnica só existentes em hospitais ditos centrais.”.

Mais, para o PS no documento aqui apresentado, não é feita qualquer referência aos Centros de Saúde e Unidades de Cuidados Primários, à falta de capacidade de medidas que promovam a fixação de profissionais de saúde no nosso concelho limitando-se a identificar os problemas da área da saúde apenas circunscritos ao Centro Hospitalar de Setúbal.

Pode o PSD clamar com toda uma retórica de que não tem nada a ver com o assunto e aqui D’El Rei que são os grandes defensores do SNS. Os portugueses e os cidadãos do concelho de Setúbal não têm memória fraca de quem no tempo da Troika desinvestiu cegamente na saúde.

Dizer que, segundo o próprio Diretor Clínico, os gastos com pagamentos de ressonâncias externas permitiam ao Centro Hospitalar de Setúbal comprar esse próprio equipamento. Era bom que o PSD aqui, também, nos dissesse relativamente a estas questões de que lado da barreira é que põe, se é do apoio ao Serviço Nacional de Saúde Público ou se está do lado dos privados. Isto, porque durante o tempo da Troika, mais de mil milhões foram desinvestidos no Orçamento de Estado e mais de 4 mil profissionais saíram do Serviço Nacional de Saúde. Por tudo isto, no que concerne ao estado de saúde no concelho de Setúbal, o Bloco de Esquerda entende que é extremamente positiva a realização desta assembleia, promovida pelos Grupos Municipais da CDU e do PSD, para debater tão importante tema, mas há que pôr os pontos nos “is” e deixar bem claro quanto às responsabilidades que cada força política tem sobre as dificuldades que o SNS atravessa no nosso país, em geral, e no nosso concelho, em particular.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – Desde 2002 que o Município de Setúbal tem a responsabilidade de elaborar um perfil municipal de saúde e um Plano Municipal de Saúde, instrumentos que resultam da participação na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis. São compromissos que integram uma dimensão técnica, mas também uma dimensão política.

Do articulado da Lei Quadro de Transferência de Competências e do subsequente Decreto Lei, resultava para transferência para o Município, de entre outras, de competências de gestão e de realização de investimentos em novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, claro que precedida de parecer prévio e vinculativo do Ministério da Saúde.

Ao longo dos anos, a Câmara Municipal de Setúbal justificou a sua inação na concretização e priorização de medidas na promoção da saúde da sua população com argumentos de implicações financeiras, humanas e organizacionais reafirmando consecutivamente que essa decisão era uma forma responsável e na defesa dos interesses quer da autarquia, quer da população.

Conhecidas as graves e recorrentes insuficiências na prestação de cuidados de saúde às populações do concelho e o estado de degradação de alguns Centros de Saúde, estaremos perante a defesa do interesse da população ou o interesse da autarquia governada pela CDU.

Recentemente, a Câmara Municipal, fez afixar em diversos locais do concelho a informação de que disponibilizava terrenos para a construção de novas Unidades de Saúde, mas essa informação pretendia obter que efeito? Uma real preocupação com a população e as suas necessidades de acesso a cuidados de saúde ou identificar um responsável e justificar o estado da situação? Essa mera informação estava enquadrada numa estratégia municipal de saúde, contemplando linhas de ação e metas, indicadores, estratégias, atividades, recursos e calendarização? Não!

A Câmara Municipal esteve um ano, a contar da entrada em vigor do Decreto-Lei 23/19, para elaborar a Estratégia Municipal de Saúde devidamente enquadrada e alinhada com o Plano Nacional e os Planos Regionais e submetendo a aprovação da Assembleia Municipal.

Era, também, igualmente obrigação do município a criação do Conselho Municipal de Saúde com o objetivo de analisar e acompanhar o funcionamento do sistema de saúde no território, propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia. Desse modo, a Câmara Municipal de Setúbal, poderia ter prevenido e corrigido, em parte, o estado atual da situação. Com a transferência de competências no domínio da saúde a Câmara Municipal poderá vir a responder, com ações reais e fundamentadas à questão.

Estaremos perante o interesse da população ou da autarquia? É nossa convicção que o futuro da saúde está na prevenção e que a saúde é a nossa maior segurança.

João Luz (CDU) – Relativamente a este ponto da nossa ordem de trabalhos e que justificou a realização desta assembleia extraordinária, dizer que, do ponto de vista da bancada da CDU, é muito significativo e assumo com carácter muito simbólico que a primeira Assembleia Municipal se dedique a este tema.

Entendemos e o que temos vindo a verificar é que as questões da saúde e do atual estado do Serviço Nacional de Saúde já justificaram no mandato passado o acompanhamento por parte deste órgão, quer do ponto de vista do plenário, quer em sede de Comissão de Saúde, e continua a justificar porque os problemas continuam a agravar-se. O primeiro sublinhado é o da importância desta discussão que estamos aqui a realizar hoje.

A segunda questão, e escusar-me-ia de me dedicar muito a fundo àquilo que é a nossa proposta de deliberação, que todos conhecem, é de que, na nossa opinião, o diagnóstico está feito e não há forma de o disfarçar. Os grandes números não disfarçam opções erradas de transferência de verbas para privados, de contratações precárias, de destruição de carreiras, de um conjunto de políticas que, de facto, têm conduzido o Serviço Nacional de Saúde ao estado que ele se encontra hoje. Como já aqui foi dito, estas políticas têm protagonistas e têm responsáveis, aliás, esta última intervenção é profundamente clarificadora daquilo que levou o PSD e o PS a aprovarem esta estratégia de descentralização. Alguns chamarão descentralização e nós falamos em transferência de ónus e de encargos para as autarquias.

Estamos a falar, mais uma vez, de serviços públicos profundamente subfinanciados que são atirados para o Plano Autárquico, para o Plano Municipal, colocando os municípios do concelho a responder, porque são eles que respondem financeiramente, e esta é a questão que se coloca em causa, não é o Orçamento de Estado. O PSD e PS, mas aqui sobretudo o PSD a propósito desta intervenção, os problemas do Serviço Nacional de Saúde, dos Centros de Saúde, os problemas do Hospital têm passado sempre em branco nas intervenções e de repente não é num assumir de responsabilidades e de um olhar crítico para as decisões que foram tomando, é apontando que vem aí a transferência de competências e vocês serão os responsáveis. Esta é a razão de fundo deste projeto que é de desresponsabilização daquilo que foi a atuação destes partidos e a desresponsabilização efetiva relativamente ao estado em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde.

Continuamos a entender que são décadas de subfinanciamento em que os efeitos e as consequências não são recuperáveis sem que exista uma coragem política de alterar as políticas que foram decididas e decisões que desafiem menos, que entendem que os dinheiros públicos só têm uma finalidade que é encher os bolsos de privados. Sem esta alteração de fundo, continuaremos a degradar o Serviço Nacional de Saúde e a ter um Serviço Nacional de Saúde pobre e apenas dirigido aos pobres, que é isso que alguns, de facto, querem. Daí a nossa manifestação de solidariedade para com os profissionais e utentes em luta, a exigência de medidas imediatas para a resolução de problemas, a exigência de contratação de profissionais, de carreiras, de salários, de horários, a requalificação do Centro Hospitalar de Setúbal e a exigência do cumprimento dos compromissos relativos aos Centros de Saúde e aos médicos de família. Exigências que recaem sobre aqueles que são efetivamente responsáveis.

Flávio Lança (IL) – Relativamente à saúde quero dizer é que as propostas apresentadas apontam vários problemas que prejudicam o acesso e qualidade de serviço de saúde prestado aos setubalenses, precedendo-nos, no entanto, esta revertida em conjunto de mensagens de cariz ideológico. Gostava de frisar que estas duas propostas, uma refere-se ao pai do SNS e a outra tem algumas mensagens de cariz ideológico e na prática, muitas delas, são de concordância geral. Não sei se o contributo para conseguirmos reforçar um sistema de saúde em Setúbal, forte e que sirva os utentes seja realmente este o caminho.

Todos queremos mais médicos, todos concordamos, julgo que não há nenhuma força política que não concorde que é preciso mais médicos, mais equipamentos, que todos os municípios tenham um médico de família, mas no final o que os setubalenses realmente querem é uma resposta rápida e de qualidade quando precisam do Sistema Nacional de Saúde e com um custo justo.

A Iniciativa Liberal gostava de frisar, porque é muito importante, que defende um serviço de saúde mais acessível, de melhor qualidade, com menos tempo de espera e que não deixe ninguém de fora. Não vamos deixar de ter hospitais públicos, nem vamos deixar de investir neles, o que queremos é que os doentes não fiquem reféns de um sistema sobrelotado e sem capacidade de resposta para quem realmente precisa, queremos mais e melhor saúde pública, independentemente do prestador.

Em Setúbal tem vindo a público um conjunto de notícias que mostram as dificuldades sentidas pelo Centro Hospitalar de Setúbal na capacidade de prestação de cuidados de saúde à população.

Quero aproveitar agora, também, para levantar aqui o que é que podemos fazer, porque na realidade todas estas propostas e exigências acabam por não nos conseguir levar a lado nenhum e continuamos há imenso tempo sempre nesta calenda, sempre nas exigências e os setubalenses continuam a considerar que na realidade não têm Sistema Nacional de Saúde. Isto é mais do que pedir médicos, mais do que pedir hospitais, mais do que construir e temos que olhar e começar a equacionar onde é que um utente doente precisa entrar, se é na Linha 24 ou se é no seu Centro de Saúde. Quando se está doente vai a onde, é ao hospital, porque sobcarregamos os vários serviços e muitas das vezes de forma aleatória e muitas vezes o hospital está sobcarregado quando o Centro de Saúde podia estar a atender. A linha 24 está a atender pessoas, encaminha para o hospital e muitas vezes não chega esse encaminhamento e a pessoa está outra vez a fazer uma ficha no hospital.

Mais do que estarmos aqui a equacionar mais médicos, é importante e todos sabem que há falta de médicos e é uma evidência, todos sabem que existe falta de meios e é uma evidência, será que o serviço sendo melhorado e equacionamos efetivamente que fazer essa pressão à Assembleia sobre os devidos órgãos, se na realidade isso não traz frutos mais imediatos do que a construção que vai levar um, dois, três anos e que por vezes não se acaba e às vezes interrompe-se e continuamos com a calenda dos médicos, porque todos queremos melhores salários. Se na realidade já se percebeu que isso é difícil, será que é esse o caminho?

Paulo Lopes (PS) – Em primeiro lugar, começo por saudar a iniciativa da Assembleia Municipal em discutir o estado do Serviço Nacional de Saúde do concelho. Obviamente que existem problemas, porque se não, não estaríamos aqui a marcar com carácter extraordinário, e todos os partidos aqui têm consciência de que o Serviço Nacional de Saúde é peça fundamental e deriva totalmente da última intervenção do deputado municipal da IL, mas importa referir que estes problemas não são de agora vêm um pouco mais de trás. Por isso quero ir um pouco mais atrás, porque tudo tem uma história e importa referir que o Serviço Nacional de Saúde teve ao longo de mais de 40 anos uma importância decisiva naquilo que foi a transformação da saúde em Portugal. O país apresenta hoje uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil e materna e o Serviço Nacional de Saúde contribuiu para o aumento da esperança e da qualidade de vida dos portugueses, os quais reconhecem o papel essencial do Serviço Nacional de Saúde.

Muitas das vezes somos um pouco autofágicos em que parece que é tudo mau e parece que de repente estamos no pior sistema possível que existe e não é verdade. Nestes 40 anos chegámos a um ponto em que os portugueses confiam e a prova de que o serviço Nacional de Saúde, mesmo com os problemas e com muitos problemas, conseguiu combater e conseguiu dar uma resposta, nuns sítios um pouco melhor e noutros melhor ou pior, mas deu uma resposta aos portugueses naquilo que foi a maior pandemia do século e que nunca pensaríamos que iríamos passar por ela. É muito importante frisar o trajeto que tivemos nestes quarenta e poucos anos de Serviço Nacional de Saúde.

O Partido Socialista também entende que estas discussões de índole mais partidária e do protesto reivindicativo são perfeitamente naturais e normais e salutares em democracia. São muito naturais. A partir de uma certa altura em que é preciso passar da palavra para a ação e de modo a organizarmos um Serviço Nacional de Saúde mais forte e mais resiliente.

O Governo do Partido Socialista nos últimos seis anos suportado por uma maioria de esquerda, e o Bloco de Esquerda que veio aqui falar como se não tivesse nada a ver nos últimos anos com o que se passou, mas teve. O que aconteceu no Serviço Nacional de Saúde nos últimos seis anos, pelo menos nos últimos cinco, o Bloco de Esquerda teve participação, inclusive como o PAN, como o PCP e os Verdes. Desde 2015 e até hoje

as transferências do Orçamento de Estado para o Serviço Nacional de Saúde aumentaram 2,5 mil milhões de euros e foram contratados mais 30 mil novos profissionais de saúde para o Serviço Nacional de Saúde.

Houve aqui claramente um reforço e uma aposta no investimento do Serviço Nacional de Saúde ao longo da atual e da anterior legislatura. É preciso não esquecer e é preciso também ter esta memória que afinal de contas é uma memória recente. Agora estamos a um mês e pouco de eleições, para alguns pode dar jeito esquecer, mas importa lembrar.

As verbas para o Serviço Nacional de Saúde dos Orçamentos de Estado para 2020 e 2021 foram as maiores transferências financeiras de sempre e foram determinantes para a reorganização e contratação destes profissionais que há pouco mencionei, mais de 30 mil. Foi precisamente o que aconteceu no Centro Hospitalar de Setúbal, que desde 2015....

Pois nota-se, é que se nota mesmo. É que quem ia ao hospital antes de 2015 e vai agora nota-se. Tivemos uma pandemia pelo meio, mas isso é algo que alguns deputados querem pôr para o lado.

Só para vossa informação, porque isto aqui são factos, não estou aqui a emitir opiniões, estou aqui a ser fatural, houve um aumento de médicos especialistas no Centro Hospitalar de Setúbal de mais de 16% do que em 2015, até 2015. Isto são factos, são números. Se têm números diferentes, digam e nós podemos rebater ou concordar.

No mesmo sentido, também, a proposta do Orçamento de Estado de 2022 dava continuidade a este reforço de investimento no Centro Hospitalar com uma dotação prevista de cerca de 10 milhões de euros e mais 5 milhões para 2023.

Foi, também, neste ano num despacho conjunto entre o Ministério da Saúde e das Finanças, que se aumentou o capital estatutário do Centro Hospitalar pelo montante de 1,7 milhões de euros para aplicação exclusiva na construção do novo edifício. Quando vêm aqui falar que não há obras, que não há nada, o concurso público foi lançado, mas isto não são as obras da Câmara. Há um mês que foi lançado o concurso público, isto não é uma estação intermodal, em que foi inaugurada há dois meses e ainda está em obras e demorou um ano e o senhor vereador diz que não tem capacidade, etc... Se a CDU quiser falar no meu lugar, tenho todo o gosto em ceder.

A obra vai ser uma realidade, a obra foi incluída no orçamento, a obra está lançada e o concurso público e isto são factos, não são promessas, são medidas e projetos que estão em curso. Também não é por causa ou será, seguramente, por causa de muito disto que, como há pouco aqui foi falado que o Diretor Clínico pediu a demissão e depois seguiu-se uma solidariedade dos 87 diretores de serviço. O que é um facto é que foi por causa de todos estes últimos avanços que ocorreu no sentido de responder às necessidades do Centro Hospitalar que o próprio Diretor Clínico demissionário anulou a sua demissão a pedido pelo próprio ainda na passada semana. Isto também é uma evidência que aquela pessoa que achava que as coisas não estavam a correr bem e que era necessário dar um abanão, dar visibilidade, veio agora, também, dizer que há compromissos da tutela que o levou a anular o seu pedido de demissão, nomeadamente a abertura de mais vagas médicas, que vão ser uma realidade nas especialidades carenciadas que foram faladas já aqui. Também foram desbloqueados os pedidos de mobilidade existentes, o que é uma grande ajuda em termos das situações conjunturais mais emergentes e que representa, também, um estímulo clínico para o corpo clínico e foi feito a abertura do concurso público da obra de urgência, o qual é fundamental e era, se calhar, um dos piores setores ali que nós tínhamos.

Isto para dizer que nem tudo está bem, como é óbvio, é necessário continuar a investir e a dotar o Centro Hospitalar de Setúbal assim como dos cuidados primários de saúde do concelho para o reforço da sua capacidade de coordenação e resposta e de articulação com as restantes respostas sociais. É por isso que, também, aqui manifesto uma certa surpresa, porque, quando se marcou esta Assembleia Extraordinária pensava que cada força política vinha aqui com uma proposta defender, enfim, a sua visão e ao fim ao cabo só a CDU e o PS é que apresentaram propostas para serem discutidas e votadas, portanto, também não deixa de ser significativo que os partidos à direita não têm uma proposta e estão a discutir as propostas do PS e as da CDU.

A proposta do PS no seu ponto 1, saúda a criação do Serviço Nacional de Saúde e dos seus 42 anos de existência. No seu ponto 2, louvar e agradecer o incansável inestimável trabalho, dedicação e entrega dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, que foram extraordinários nesta pandemia que todos nós

passámos. No ponto 3, defender os interesses, a motivação e o respeito pelos profissionais de saúde, e isto tem a ver com as questões laborais que a proposta da CDU, também, aflora. No ponto 4, aqui acho que é muito importante, que é afirmar a necessidade de se continuar a aprofundar o trabalho de cooperação e diálogo entre o poder local e poder central. Por aqui passa muito a questão da descentralização de competências e é aqui neste ponto que mais divergimos da proposta da CDU. A CDU, como o deputado João Afonso Luz já aqui referiu, é bastante crítico a esta descentralização, enquanto nós somos totalmente a favor por aquilo que pode ajudar a resolver e o caso dos Centros de Saúde é um caso que entendemos que é exemplar em que essa proximidade e essa relação possa ajudar a acelerar o processo. Também acelerar o processo de reclassificação da unidade hospitalar para o grupo de hospitais de nível D que a informação que nos vai chegando, via Conselho de Administração em conversas que se vai tendo nas visitas, é que a tutela está disponível e, portanto, que essa vai ser eventualmente uma realidade a breve prazo e aqui, sim, é fundamental para a sustentabilidade financeira do hospital.

Para terminar, há dois Centros de Saúde que têm que ser mesmo uma realidade, o Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau, a extensão em São Sebastião, que irá ser construído na Bela Vista, e a do Bairro do Liceu. Aqui a Câmara Municipal tem, também, uma palavra a dar e dizer o que é que se passou e o é que está a entrar o processo e nesse sentido, da nossa parte, teremos toda a disponibilidade para ajudar no que entenderem sendo que a informação que temos é que já houve um terreno, o qual entretanto, não era adequado para o projeto que se cria lá instalar, mudou-se o terreno, entretanto, para a Bela Vista. Não sei em que ponto é que está, se neste momento o projeto já existe, se não existe, mas sei que o processo estava a andar a esse nível e o Partido Socialista, em relação ao Serviço Nacional de Saúde, há quem critique e é legítimo, há quem diga que apoia, mas depois quando foi poder pouco ou nada fez e estamos numa atitude de executar, concretizar e tudo isto no meio de uma pandemia. Não é fácil.

Luís Leitão (CDU) – Em primeiro lugar, estamos aqui a discutir o Serviço Nacional de Saúde e não uma outra coisa qualquer, e é bom não confundir, porque o Serviço Nacional de Saúde, tem algo que é preventivo no âmbito da saúde que são, nem mais nem menos, que os cuidados de saúde primários. São eles que são preventivos ou que são impeditivos, vamos por assim dizer, das pessoas chegarem àquilo que é o curativo, nomeadamente aos hospitais. Uma boa rede de cuidados de saúde primários é preventivo da chegada aos hospitais.

Depois, do que nos é apresentado pelo PS, relativamente a esta moção, não basta atirar para aqui com dinheiro, ou seja, tem-se dizer que quanto àquilo que se investiu no Serviço Nacional de Saúde, quanto é que foi parar aos privados, quanto deste dinheiro foi para as parcerias público-privadas e o que é que se andou a financiar neste âmbito. É por aqui que também o Serviço Nacional de Saúde, dando dinheiro aos privados, para depois eles virem buscar os recursos ao Serviço Nacional de Saúde.

Relativamente ainda ao que nos foi apresentado, o Diretor Clínico não anulou a sua demissão, antes a suspendeu para poder estar presente ou poder representar os médicos num Conselho de Administração. Com isto, queremos dizer que a demissão está suspensa, não está anulada.

No que diz respeito às questões da deliberação, é muito interessante valorizar os profissionais de saúde, é muito bonito, quando precisamos deles, bater-lhes palmas, mas a melhor forma de valorizarmos estes profissionais de saúde é tratarmos das suas carreiras, é tratarmos da sua progressão, é tratar de valorizar a sua profissão, é tratar também de valorizar os seus salários... Á, esperem, 0,9, que aumento salarial espetacular. É, também, tratar daqueles que estão a ganhar o salário mínimo nacional nos hospitais, tratar de os valorizar enquanto tal e isso não acontece, não tem acontecido. Estamos a falar de profissionais de saúde que ganham o salário mínimo, que cuidam dos doentes efetivamente e que, também, não podemos estar de acordo. Estou a falar de profissionais de saúde, caso não saibam, os profissionais de saúde são os médicos, os enfermeiros, os auxiliares de saúde. Não disse médicos com o salário mínimo, disse profissionais de saúde com o salário mínimo. Isto de ter uma caixa de ressonância atrás quando está a falar causa problemas.

Não, não pode sair, pode-se é calar um bocadinho, estive calado quando todos estiveram a falar, portanto, é uma questão de respeito que temos de ter uns pelos outros, já dizia a minha avozinha e não quer saber o ditado que ela dizia, porque acho que era incorreto, quer para mim, quer para a senhora.

Não estou a mandar calar ninguém, só não gosto é de ter caixas de ressonância, o que é complexo. Estão os senhores agora a fazer coro e que bonito coro. Quando não gostam vá de mandar abaixo.

Relativamente aqui ao ponto 4, no que diz respeito aos recursos humanos para o hospital é óbvio que não podemos estar de acordo, não é da competência do poder local a questão dos recursos humanos para o Centro Hospitalar de Setúbal, que é o que aqui refere.

Mariana Crespo (PAN) – Julgo que já falámos aqui em bastante pormenor e já apontámos alguns problemas específicos de Setúbal. Gostava apenas de fazer um comentário geral acerca do próprio Serviço Nacional de Saúde e da maneira como temos que pensar, a maneira um bocadinho diferente acerca destes temas.

A verdade é que, para que seja possível providenciar cuidados de saúde de elevada qualidade e melhorar os resultados obtidos é necessário reforçar os sistemas de saúde com intervenções de efetividade comprovada, financeiramente viáveis, adequadas ao propósito e centradas nas pessoas. Esta é que é a principal questão fundamental, temos que dar primazia às suas necessidades e às suas expectativas e esse é exatamente um dos maiores desafios que os serviços de saúde enfrentam para se tornarem socialmente mais relevantes e produzirem melhores resultados, acelerando a aquisição de ganhos em saúde e são necessários novos modelos de oferta e de organização de serviços de saúde e programas que consigam chegar até às comunidades mais excluídas, vulneráveis e desfavorecidas. A forma como o município organiza e disponibiliza os seus serviços à população deve ser progressivamente transformada através do estabelecimento de novas parcerias que criem culturas e formas de trabalho entre profissionais de saúde e que aumentem a capacidade instalada das instituições e departamentos municipais, apoiando o desempenho e manutenção dos serviços urbanos centrados nas pessoas. Além disso, o sistema de saúde deve ser reorientado para dar prioridade à prevenção da doença e os diversos serviços municipais que trabalham ou influenciam. Os determinantes sociais de saúde devem centrar-se novamente nas pessoas, ser universais na abrangência, ter qualidade reconhecida pela população e ser acessíveis para todos.

O investimento em serviços que desempenhem funções na área da saúde pública, dotando de recursos que aumentem a sua capacidade e alcance para melhor conhecer, decidir e intervir junto da população, é fundamental a criação de parcerias institucionais entre os diversos serviços e departamentos que trabalham em prol da saúde pública que permitirá criar sinergias, otimizar recursos e congregar esforços sobre os principais problemas e prioridades da saúde presentes e futuros. Além disso, a partilha de conhecimento e experiência entre organizações e profissionais concorre para a prossecução das melhores soluções possíveis, muitas vezes perante problemas complexos e multidisciplinares que não são possíveis de colmatar, utilizando estratégias individuais, sectoriais e outros concertadas.

A proteção social, a promoção da saúde e a prevenção da doença são prioridades de saúde com grande impacto populacional, no entanto, tal como a sociedade se moderniza e se transforma, também as ações que são apreendidos no âmbito da saúde pública devem sofrer o seu processo de atualização e adaptação e a sua postura perante os problemas deverá ser cada vez mais preditiva e menos reativa. Assegurar serviços de saúde à população, quer enquanto manutenção de estruturas, quer enquanto gestão de carreiras profissionais, quer como elaboração de políticas de saúde, constituir-se-á fruto das novas competências autárquicas, numa nova e extensa área de governação local.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Afinal, o Serviço Nacional de Saúde está maravilhoso, portanto, responde a todas as solicitações. Às pessoas que acham que o serviço público é suficiente e tem qualidade, Deus não os castigue e não os leve lá por necessidade última, porque se não provam, digamos, do próprio veneno que que andam a semear.

O Serviço Nacional de Saúde de Setúbal tem-se vindo a degradar, encontra-se num caos tal, como está pensado, organizado e gerido, já que não serve com qualidade os utentes do qual foi criado e destinado a servir, nem agrada aos seus profissionais que têm sido e são de uma dedicação e empenho exemplar durante a fase pandémica que o país atravessa. Ao contrário do que tem sido afirmado, o Serviço Nacional de Saúde está doente, pois não existem instalações dimensionadas, recursos humanos suficientes, equipamentos a funcionar de acordo com as suas necessidades. Não há médicos de família para todos,

apesar da promessa enganadora dos governos do PS apoiados e suportados pelo PCP, PEV e BE, promessa essa ainda não cumprida até à data.

Os postos de saúde no concelho de Setúbal são insuficientes, não estão capacitados de instalações dimensionadas e dignas, nem de recursos humanos, equipamentos adequados, obrigando os utentes a situações desumanas a terem de ir para a fila de madrugada expostos ao frio e à chuva para poderem usufruir de uma consulta, circunstância intolerável, inaceitável num Estado de Direito Democrático no século 21.

A CDU, inexplicavelmente, talvez pela sua arrogância e falta de humildade democrática, não esteve disponível, no mandato transato, para assegurar aos fregueses de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra a terem um posto médico móvel para se minimizar a inexistência de um posto médico a que têm direito, rejeitando uma proposta apresentada pelo PSD nesse sentido.

Termino com um apelo, é preciso afastar as barreiras ideológicas e tirar o SNS do caos em que se encontra para servir os portugueses.

Flávio Lança (IL) – Só quero dar aqui umas palavras muito rápidas, porque foi referido pelo deputado Paulo Lopes que na realidade isto era um debate sobre a saúde e nem todas as forças políticas apresentaram propostas. Em nome da Iniciativa Liberal, gostava de dizer que estamos a trabalhar nisso e apresentar propostas que nós consideremos que na realidade possam trazer resultados não foi compatível com o tempo em que foi feito o pedido de agendamento pela CDU e pelo PSD deste debate.

O outro tema que foi deixado pelo deputado da CDU, peço desculpa por não me recordar do nome, que falou sobre o salário mínimo, acho que devíamos pensar era no salário máximo e é isso que devíamos estar a ambicionar. Salário mínimo é sempre estar a pensar pequenino, é fazer com que Setúbal gere riqueza e na realidade, os salários podem ser o máximo, porque na realidade as empresas e os próprios organismos públicos podem pagar.

Estamos a falar do hospital, mas ninguém equacionou, não ouvi aqui falar, por exemplo, se podemos exportar saúde. Setúbal, cidade turística, recebe uma série de turistas e que muitos deles às vezes viajam para outros países para tratarem dos seus cuidados de saúde, será que Setúbal não pode ter uma resposta hospitalar, receber dinheiro e na realidade melhorar as condições de vida de quem cá vive e de quem cá trabalha.

Só para terminar, sei que já passei o meu tempo e gosto de respeitar os tempos, referir as parcerias público-privadas. Acho que os privados não vêm obrigar o Estado a fazer parcerias público-privadas, portanto, na prática, isto é um acordo que é benéfico para ambas as partes. Desconheço acordos feitos entre duas entidades, em que ambas não beneficiem.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Como foi referido aqui que a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a CDU tinham votado contra uma proposta de uma Unidade Móvel, é lógico que a CDU votou contra e vai continuar a votar contra, porque achamos que aquilo que a população da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra merece é uma Unidade de Saúde Familiar ou um Centro de Saúde. É por isto que temos lutado ao longo da vida, ainda não conseguimos, mas vamos continuar a lutar.

Acho muito engraçado que o PSD, que foi Governo e que saiu do Governo há cerca de 6 anos e já lá tinha estado muitos mais anos, nunca sequer se lembrou que a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra existia e agora vem para aqui falar que a CDU na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra votou contra uma Unidade Móvel de Saúde, peço imensa desculpa, mas isto é uma provocação, é uma falta de dignidade junto daquela população. É bom que se tenha noção daquilo que se diz, porque o PSD está aqui, anda-se aqui a rir, mas sabemos perfeitamente que as coisas não estão bem, que o atual Governo podia ter feito mais, devia de fazer mais, devia-se investir mais no Serviço Nacional de Saúde, devia-se dotar com muitos mais meios o Serviço Nacional de Saúde, para não se andar a enviar doentes do Serviço Nacional de Saúde a fazer exames caríssimos ao privado, e é aqui que se emagrece o Serviço Nacional de Saúde e é isto aqui que devia defender tanto o Partido Socialista como o PSD. Era termos um Serviço Nacional de Saúde forte, porque todos falam que os profissionais de saúde foram excelentes e foram, mas ninguém falou aqui ainda

que há médicos, há enfermeiros aos quais lhes devem milhares de horas extraordinárias. Esse serviço foi feito muito à conta dos profissionais de saúde e muitos deles que não veem as suas carreiras devidamente remuneradas. É bom que se tenha aqui atenção quando viemos para aqui, e isto é muito engraçado, é que hoje ouviu-se muito falar de poder vir esta gestão para o município e hoje já toda a gente aqui aponta que o município, o município, o município, e ao longo destes 40 e tal anos onde é que teve o papel do Governo aqui nisto.

É bom que se tenha a noção que não podemos ser carne num lado e peixe no outro. É bom que se tenha atenção em relação a isto.

Por isso, o PSD pode levar as moções que levar à Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra sobre unidades locais, sobre unidades móveis de saúde que iremos reprovar sempre, porque isso não resolve problema nenhum e essas unidades móveis poderão atenuar nas zonas do interior, onde as povoações estão a 40 ou 50 quilómetros da sede de concelho. Aqui em Setúbal, uma capital de distrito, é uma aberração o que vocês andam a tentar meter na cabeça das pessoas.

O que defendemos, em termos de unidade móvel, é uma unidade móvel dos CTT e isso sim ia resolver o problema das pessoas que estão mais longe de Setúbal. Esta é que é uma grande verdade, é bom termos a noção de não defender uma coisa na Freguesia e depois ir defender outra coisa na Assembleia da República.

Alexandre Teles (PPD/PSD) – Depois de ouvir todas estas intervenções não tenho dúvidas de que todos nós queremos o melhor para o Serviço Nacional de Saúde e para o Centro Hospitalar de Setúbal.

Quero apontar aqui alguns pontos, mesmo conhecendo as dificuldades, a falta de condições, a falta de equipamento, a escassez de meios humanos no Centro Hospitalar de Setúbal, o hospital de distrito, o Governo adiou orçamento após orçamento, o investimento prometido, sendo necessário a dimensão do Diretor Clínico, 87 diretores, 200 médicos e diversas manifestações sobre o mau funcionamento, para se dar início a um processo de concurso para ampliação do mesmo.

Questiono o que é que o Governo e o município, de entre as suas responsabilidades, vão fazer para melhorar o serviço até o investimento estar concluído. Para além do investimento físico, é fundamental haver um investimento em meios humanos, porque a prestação de cuidados de saúde é necessária todos os dias. Como já foi frisado, além dos problemas no Centro Hospitalar de Setúbal, os nossos Centros de Saúde não estão melhor, existe uma escassez de meios humanos, uma grande falta de médicos de família, instalações completamente desenquadradas e desatualizadas com as necessidades de hoje em dia.

Deixo aqui mais dois apontamentos, o novo Centro de Saúde de Azeitão expressa bem a gestão do município, nem anda, nem desanda, e ainda ninguém percebeu se a obra avança ou não avança como muitas outras obras que estão na cidade. Será um fenómeno pós-eleições?

Não quero também deixar de perguntar porque é que a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, como o Sr. Presidente da junta aqui frisou, não está complementada com um Centro de Saúde.

Além de ser uma freguesia em franca expansão e desenvolvimento, está privada de transportes públicos dignos, porque quando querem ir ao Centro de Saúde é muito complicado.

Presidente da Câmara – Em primeiro lugar, em nome do executivo municipal, saudar esta iniciativa da Assembleia Municipal de promover este debate sobre o estado do Serviço Nacional de Saúde no Município de Setúbal. Numa altura em que todos reconhecemos o estado de degradação a que chegou o Serviço Nacional de Saúde no concelho de Setúbal. Não é só no concelho, mas é disso que nós estamos hoje aqui a tratar.

Mas antes de avançar mais na minha intervenção, não posso deixar de manifestar a minha indignação pela intervenção que a senhora deputada do PSD aqui fez a propósito de competências que, na cabeça dela existem certamente, mas que a Câmara Municipal de Setúbal não tem nenhuma competência na área da saúde. A Câmara Municipal de Setúbal não aceitou nenhuma transferência de competências e fará tudo para que as competências, nos termos em que estão previstas na atual lei, nunca venham para a Câmara Municipal. Mas a Câmara Municipal de Setúbal tem desenvolvido em conjunto com o atual Governo, por exemplo, um conjunto de iniciativas e parcerias substituindo-se em muito às responsabilidades do Governo e, portanto, da Administração Central. Os exemplos são aquilo que está a acontecer com a construção do

Centro de Saúde de Azeitão em que a Câmara Municipal de Setúbal ofereceu os terrenos, como tem disponíveis os terrenos para a construção do Centro de Saúde no Bairro do Liceu e também na Bela Vista. É importante dizer que não é competência, nem é responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, nem de nenhuma câmara neste país, de atribuir ou oferecer terrenos ao Estado, ao Governo, à Administração Central. A Câmara Municipal de Setúbal já comprou equipamentos ao Estado para oferecer ao Estado para construir lá equipamentos que são da sua responsabilidade, como é o caso do Quartel do 11. A Câmara Municipal de Setúbal comprou o Quartel do 11 ao Estado e ofereceu-o ao Estado para construir lá a Escola de Hotelaria de Setúbal.

Naturalmente que a sua intervenção provocou, como não era de esperar outra coisa, a minha indignação, mas a Câmara Municipal de Setúbal, para além do Centro de Saúde de Azeitão que ofereceu o terreno, que se substituiu ao Governo na construção e no acompanhamento da obra, ofereceu os projetos da especialidade e acompanha a obra. Também, a Câmara Municipal de Setúbal, já negociou com o Governo ou com a Administração Regional de Saúde os projetos, a Câmara Municipal oferece os terrenos e está a promover a elaboração dos projetos para a construção dos Centros de Saúde do Bairro do Liceu e da Bela Vista.

Senhora deputada, é bom que a senhora e o seu partido, antes de fazer acusações, que são lastimáveis, profundamente lastimáveis, pelo menos, se informe minimamente sobre o que está a acontecer no Serviço Nacional de Saúde no concelho de Setúbal. Passando dos Centros de Saúde, como todos sabemos, da situação profundamente lastimável e inumana em que funcionam, ao longo dos anos, e a reivindicação da Câmara Municipal de Setúbal junto dos Governos do PSD e do CDS, junto do Governo do Partido Socialista tenham feito ao longo de anos e demonstrado a situação em que estes equipamentos são indignos para utilização pública.

Senhores deputados, peço desculpa por esta exaltação, mas queria vos transmitir aquilo que a Câmara Municipal de Setúbal tem acompanhado nos últimos anos, a situação do Centro Hospitalar de Setúbal e várias iniciativas que desenvolveu, incluindo o pedido de uma reunião à senhora Ministra da Saúde no sentido de fazer sentir o avançado estado de degradação do funcionamento, designadamente do Hospital de São Bernardo. Nessa altura, não fui eu que estive presente nessa reunião, mas o que me foi informado é que a senhora Ministra da Saúde manifestou muita preocupação nessa reunião pelo estado de degradação em que se encontrava o Hospital de São Bernardo e até manifestou disponibilidade para fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para ultrapassar ou resolver alguns desses problemas. Também que era importante que a Câmara Municipal de Setúbal fizesse tudo o que está ao seu alcance para em conjunto se poder ultrapassar as dificuldades que ela própria tinha.

O que concluímos foi que a solução dos problemas não estava na mão da senhora Ministra da Saúde, que tudo dependia das decisões do senhor Ministro das Finanças. Julgo que não haverá grandes dúvidas sobre esta situação em que a senhora ministra, na altura, fez sentir as suas preocupações. Foi nesse sentido, também, que ainda há poucos meses, participei em iniciativas públicas relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal e tive reuniões com o Conselho de Administração, com a Direção Clínica do Hospital. Recebi, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, os vários diretores do hospital e tive oportunidade de transmitir aos senhores deputados, manifestando nessa altura a sua grande preocupação pelo avançado estado de degradação dos serviços do hospital, na prestação de cuidados de saúde e também uma outra situação, que também acompanhámos desde há alguns anos, que é o projeto de ampliação do hospital. É um projeto em que os profissionais de saúde consideram que não vai resolver os problemas que o hospital tem e a ambição que os profissionais de saúde do hospital têm relativamente ao futuro de um hospital que sirva as populações dos territórios que tem de servir no caso de Setúbal, Palmela e Sesimbra, diretamente. Sabemos que há muitas outras populações deste distrito que utilizam e vêm ao Hospital de Setúbal para receber serviços de saúde.

Perante tudo isto, entendi dirigir uma carta ao Senhor Primeiro-Ministro solicitando uma reunião para lhe apresentar estas situações e ver de que forma é que o Senhor Primeiro-Ministro poderia interferir no sentido de resolver tanto a questão da disponibilização das verbas para o lançamento do concurso, como as duas questões que foram identificadas como primordiais na resolução de alguns problemas ou dos principais problemas que o hospital tem.

Designadamente a contratação de mais profissionais de saúde e a questão do aumento do nível de classificação em que se encontra o hospital, porque essa é uma forma de garantir maior sustentabilidade financeira, na situação futura do hospital e da ambição. Volto a dizer, que os profissionais de saúde têm relativamente a esse objetivo manter as valências e de ter mais capacidade de intervenção e de contratar mais profissionais e garantir também as suas condições de retribuição.

Acontece que passado algum tempo, já foi no mês de outubro, o Senhor Primeiro-Ministro respondeu a dizer que tendo em conta a matéria que tinha enviado para a senhora Ministra da Saúde, havia essa possibilidade de marcar uma reunião com a Câmara de Setúbal e até hoje isso não aconteceu. Naturalmente que não é possível continuar a assistir, sem qualquer iniciativa, à situação que se vive no hospital, ainda mais quando os problemas da pandemia continua a aumentar e alguns internamentos já têm sido feitos novamente no hospital.

Entendi tomar uma iniciativa no sentido de convidar os senhores Presidentes da Câmara de Sesimbra e Palmela, envolvendo os territórios em que as populações utilizam diretamente o hospital, para em conjunto constituirmos um fórum de debate sobre a situação da saúde nestes territórios e, em particular, do Centro Hospitalar de Setúbal. O objetivo é, de facto, constituir esse fórum com estes municípios, com os profissionais de saúde que trabalham no Centro Hospitalar, os quais já foram contactados e manifestaram a sua disponibilidade para integrar este fórum, como também os senhores presidentes das câmaras já o manifestaram e esperamos que as juntas de freguesia se associem e, como é óbvio, os representantes das comissões de utentes.

Podem questionar, mas o que é isto? E o objetivo é de, em conjunto, podermos decidir as medidas a tomar para pressionar o Governo, para pressionar quem pode decidir e quem tem responsabilidades de interferir rapidamente na resolução e numa primeira fase, como é óbvio, na minimização dos impactos profundamente negativos que existem no Centro Hospitalar de Setúbal.

Quero, também, aproveitar esta oportunidade em que a iniciativa da Assembleia Municipal teve de promover este debate para vos transmitir que esta iniciativa irá avançar e que dentro de duas semanas, teremos a primeira reunião para tomar decisões relativamente a esta situação.

Quero, ainda, dizer-vos, para que também não fiquem dúvidas, já aqui foi referido, mas quero voltar a frisar, que o senhor Diretor Clínico do Hospital apenas suspendeu, e falo pela boca do senhor diretor, senhor deputado. Desculpe lá, mas é necessário pôr os pontos nos "is".

O senhor Diretor Clínico suspendeu o seu pedido de demissão em função de uma iniciativa que tem estado a decorrer, no sentido de manifestações e de procurar resolver alguns dos problemas do Hospital de Setúbal. Assim o senhor diretor entendeu suspender o seu pedido de demissão para melhor representar a direção clínica junto do Conselho de Administração. É necessário repor estes factos, porque estes factos são muito importantes, isto é a própria vida, a segurança destes profissionais que têm feito de tudo para defender os interesses do hospital e a promoção dos direitos à saúde que os utentes têm e que não tem sido salvaguardado. É profundamente lamentável que tenhamos de chegar a este ponto, de tomar iniciativas de pressão política para quem tem responsabilidades as deva assumir.

Creio que esta informação era muito importante deixar aos senhores deputados e naturalmente que vamos continuar. Esta iniciativa, creio que é na deliberação final deste debate, que é de constituir uma comissão de acompanhamento destes problemas por parte da Assembleia Municipal, e naturalmente que é também bem-vinda.

Paulo Lopes (PS) – Só duas questões muito rápidas, duas notas. Fico satisfeito por a Câmara Municipal ter tomado esta iniciativa de reunir os concelhos de Sesimbra, Palmela e Setúbal, área geográfica que o nosso hospital serve, aliás, foi uma proposta que a bancada municipal do Partido Socialista, no mandato anterior, apresentou e que depois foi remetida para a Comissão Permanente e nunca surgiu grande efeito. Mas já tínhamos feito no mandato anterior, há cerca de uns meses atrás, exatamente uma proposta dentro destes moldes e, portanto, ficamos satisfeitos que o tenham feito e que haja esta, enfim, confluência de interesses em torno do nosso hospital. Estamos lá, também, seguramente naquilo que for necessário como já estivemos no passado.

Segundo, para dizer, Sr. Presidente, quando digo algo aqui, por norma, só se for por erro, reafirmo que não houve uma suspensão, mas isso para mim não é o que o mais importante, o mais importante é que há uma resposta e essa resposta fez com que houvesse um retorno de uma posição e que foi definitiva, não foi suspensiva. Informe-se melhor, porque foi mesmo assim que aconteceu, garanto-lhe.

Paula Soeiro (PPD/PSD) – Foi por cedência de tempo da bancada do CHEGA.

O PSD está bem consciente da necessidade de unir sinergias para a resolução de diversas carências na prestação de cuidados de saúde da nossa população e, desse modo, irá apoiar a vossa proposta. Contudo, existiram responsabilidades a nível local que não foram supridas pela autarquia e referi na minha intervenção o Plano Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde, inclusive a Estratégia Municipal de Saúde.

Termino dizendo que essa responsabilidade é tanto maior quanto o envolvimento da CDU na aprovação dos orçamentos do Governo nos últimos 6 anos, dessa forma, tanto local como nacionalmente, partilha de responsabilidades sobre o estado atual da saúde.

Presidente da Mesa – Julgo que está terminada a discussão, falta-nos votar os documentos apresentados e que estiveram na origem da convocação desta Assembleia Extraordinária. Vamos passar à votação, separadamente, como foi visto no início, por ordem de entrada.

Proposta n.º 02-A/2021/CDU – A situação do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Setúbal

Aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 13 abstenções, 10 do PS, 2 do CH e 1 da IL, conforme registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Proposta n.º 01-A/2021/PS – O estado do Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Setúbal

Aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do PAN e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e 3 abstenções, 2 do CH e 1 do BE, conforme registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista votou pela abstenção a proposta da CDU, porque apesar de serem muito similares, existe um ponto que foi muito evidente e que nos divide e que tem a ver com a questão da descentralização de competências, foi essa a única razão que nos levou a abster na proposta da CDU.”*

Presidente da Mesa – Senhores deputados, este tema é um tema fundamental, foi importante e é importante que a Assembleia Municipal, que os órgãos municipais, se debrucem sobre ele. Este debate deve significar, julgo que interpretarei o sentimento de todos, uma homenagem da Assembleia a todos os que trabalharam e trabalham no Sistema Nacional de Saúde e que passaram heroicamente, podemos dizer e julgo que todos estamos de acordo com isso, pelo período da pandemia.

O Sistema Nacional de Saúde serviu este povo de forma brilhante e a Assembleia deve sublinhar isso. É evidente, que sendo uma pandemia, o próprio Sistema Nacional de Saúde também teve as suas mazelas e tem as suas doenças e a discussão que aqui se fez é, porque todos querem que o Sistema Nacional de Saúde recupere, seja melhorado e sirva as suas funções. É este o sentido, apesar das posições divergentes e as posições de inculpação mútua, é que todos estamos preocupados com o Serviço Nacional de Saúde e temos a obrigação, e, como órgão, queremos continuar a contribuir no que nos for possível para a sua melhoria.

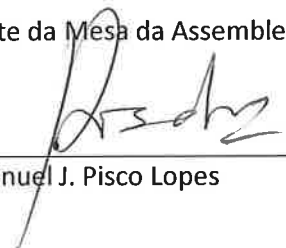
Esta reunião extraordinária, teve esse significado, deverá ter esse efeito, esperamos que todos saibamos contribuir para o concretizar.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e quinze minutos do dia vinte de novembro, de dois mil e vinte e um.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, contém quarenta e oito folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Vítor Marcos.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.